

**EDITAL Nº 02/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**I- BASE LEGAL:** Lei Estadual nº14.634/2023, Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar nº123/06, com alterações posteriores, Instrução Normativa SEGES nº73, de 30 de setembro de 2022, IN SEGES nº 3/2018 no que couber até regulamentação própria e demais legislações aplicáveis e pertinentes.

**II- PARTICIPAÇÃO:** AMPLA

**III- PROCESSO ADMINISTRATIVO:** TCM/BA Nº00724e26

**IV- MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026

**V- UNIDADE SOLICITANTE:** SETOR DE TRANSPORTES - SETRA

**VI- CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO, REPRESENTADO PELO MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (Do Lote Único)

**VII- MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (Do Lote Único)**

**VIII- REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DO LOTE

**IX- MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**X- SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**9.1- Endereço Eletrônico:** O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)- Número da UASG de Origem: 925471, constante da página eletrônica do Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**9.2 - Início de acolhimento das propostas:** dia 12/05/2026, às 09:00h

**9.3 -Início da disputa de lances:** dia 26/05/2026, às 09:30h

**9.4-Tempo de disputa do lote:** 10 (dez) minutos.

**9.5-Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes deste edital.**

**9.6-Intervalos mínimos de diferença entre lances (degrau de valor) do item fixado em 0,10% do valor estimado deste Pregão Eletrônico.**

**9.7- Pregoeira responsável:** Roquelina S. Silva e equipe de apoio, designadas no termo do Ato nº163/2024, da Presidência desta Corte de Contas, publicado no DOE de 26/03/2024.

**9.8- O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia** torna público que a partir da data de publicação do seu resumo nos meios oficiais, cópia deste Edital e seus anexos estarão disponíveis gratuitamente **no portal eletrônico do TCM-BA - [www.tcm.ba.gov.br](http://www.tcm.ba.gov.br)** na opção: Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia-TCM-BA, Modalidade – Pregão Eletrônico, no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)- Número da UASG de Origem: 925471, constante da página eletrônica do Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), indicado no subitem 9.1 deste Edital e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, para atender a frota do Tribunal de Contas dos Municípios, com fornecimento de peças, executado Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA. CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).

**TCM****Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia**

Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

por empresas Credenciadas (Oficinas e/ou Concessionárias) junto à Contratada, envolvendo a implantação e operação de um sistema Informatizado, via Internet, que permita o controle e o gerenciamento das despesas, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

**9.8.1-** Outras informações sobre a licitação serão prestadas pela Pregoeira e equipe de apoio, de segunda a quinta-feira, no horário das 08:30 às 17:30h às sextas-feiras (horário de Brasília), no horário das 8:30h às 13h, quando estarão disponíveis, pelos **Fones:(71) 3118-1031/1032 e através do e-mail: [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br)**.

**9.9 -** As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que deles fazem parte integrante.

## **XI- DO OBJETO**

**10.1-** Constitui objeto desta Licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico, nº002/2026, Processo nº 00724e26**, a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, para atender a frota do Tribunal de Contas dos Municípios, com fornecimento de peças, executado por empresas Credenciadas (Oficinas e/ou Concessionárias) junto à Contratada, envolvendo a implantação e operação de um sistema Informatizado, via Internet, que permita o pagamento, controle e o gerenciamento das despesas, incluindo ou não a necessidade de tecnologia de cartão eletrônico com chip (smart) ou cartão com tarja magnética, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, em **Lote Único**, de acordo com especificações e detalhamento, contidos no Termo de Referência **Anexo I e Anexo I-A**, que é parte integrante deste instrumento convocatório.

**10.2-** A contratação com o licitante vencedor obedecerá às condições do instrumento de contrato constante do **Anexo XI**, deste Edital.

**10.3-** O prazo de vigência do contrato será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado a critério da Administração, sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, desde que atestada a vantajosidade para a Administração Pública, permitida a negociação ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme disposição dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e no que couber a Lei Estadual nº14.634/2023, conforme descrito no **Termo de Referência, Anexo I**, deste instrumento.

**10.3.1-** A prorrogação mencionada anteriormente ficará condicionada à instrução e ateste da Fiscalização do Contrato, ratificando a permanência da vantajosidade da contratação nas condições pactuadas, considerando os seguintes requisitos, permitida a negociação junto ao contratado:

3.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.2 Seja do interesse da Administração em prorrogar o contrato;

3.1.3 O valor contratado permaneça vantajoso para a Administração;

3.1.4 A Contratada deverá se manifestar expressamente no interesse da prorrogação contratual;

3.1.5 Autorização da autoridade competente dos Tribunais.

**10.4-** Ao se candidatar ao fornecimento do objeto desta licitação, a empresa obriga-se, sob pena de desclassificação, a fornecer todos os itens pertencentes ao lote.

## **XII- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



**11.1-** Serão admitidos a participar desta Licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, independente de apresentação do **Certificado de Registro Cadastral – CRC/CRS**, emitido pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia – **SIMPAS/SAEB**; que estejam previamente credenciados no **Sistema de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e que atendam a todas as exigências de habilitação contidas neste Edital e seus anexos, devendo:

**11.1.1-** Remeter eletronicamente para o **Sistema de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) a proposta com a descrição do objeto e o preço ofertado até, no máximo, a hora marcada para o início da sessão pública, indicada no preâmbulo deste Edital como data limite para acolhimento das propostas;

**11.2-** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**11.3 -** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 11.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**11.4-** A não observância do disposto no item 11.3 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. Todos os documentos que, no curso do certame, ensejarem assinatura por representante legal da licitante deverão estar lastreados em comprovação documental de que o(a) subscritor(a) possui os devidos poderes para representá-la.

**11.5- As empresas que se fizerem representar na licitação através de procurador(a), deverão apresentar:**

- a) instrumento particular, acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes; ou**
- b) instrumento público, utilizando, preferencialmente, o modelo de procuração integrante deste edital.**

**11.6-** Para empresas que se fizerem representar na licitação através de **sócio(a), administrador(a) e/ou dirigente**, tal poder deverá constar expresso no documento de habilitação jurídica ou em outro documento encaminhado que seja juridicamente hábil a comprovar a representação legal.

**11.7 - Não poderão disputar esta licitação:**

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

a.1) O impedimento de que trata a letra “a” deste item 11.7 do Edital será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação



d) empresa com a suspensão do direito de licitar com a Administração (TCM-BA) declarada na vigência da Lei estadual nº 9.433/2005;

e) empresa com o impedimento de contratar com a Administração declarado na vigência da Lei estadual nº 9.433/2005;

f) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

f.1) estende-se a vedação constante da letra “f” deste item 11.7 do edital aos demais agentes públicos, conforme o conceito constante do inciso V do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal;

f.2) não se inclui na vedação constante da letra “f” deste item 11.7 do edital a prestação de serviços em caráter eventual, de consultoria técnica, treinamento e aperfeiçoamento, bem como a participação em comissões examinadoras de concursos, no âmbito da Administração Pública;

g) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

h) Os servidores públicos civis deverão observar as vedações contidas na Lei estadual nº 6.677/1994, especialmente do inc. XI do art. 176, assim como as proibições específicas das respectivas carreiras e grupos ocupacionais;

i) Os policiais militares da ativa deverão atender às prescrições dos arts. 40 e 57 da Lei estadual nº 7.990/2001;

**11.8-** Para verificação de eventual descumprimento das vedações elencadas no **item** 11.7 deste Edital, a Pregoeira poderá realizar, além de outras diligências que entender necessárias, consulta a sítios/sistemas públicos, a exemplo de:

**11.8.1-** SIMPAS, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda a legislação vigente;

**11.8.2-** SICAF;

**11.8.3-** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**11.8.4-** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**11.9-** A consulta aos cadastros indicados no item 11.8 quando realizada, será em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei federal nº 8.429/1992, alterada pela Lei federal nº 14.230/2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.10-** Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante (salvo aqueles que, por sua natureza, se referem ao objeto licitado em si) e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente ou por este Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, quando for o caso.

**11.11-** Caberá à licitante interessada em participar deste pregão:

Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



- a) Remeter, nos prazos estabelecidos, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares.
- b) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- c) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- d) Todos os eventuais custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta e demais documentações exigidas em razão da presente licitação;
- e) Acompanhar as publicações, avisos e mensagens inerentes ao certame, nos seguintes meios:
  - e.1) Diário Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, consultado através do site [www.tcm.ba.gov.br](http://www.tcm.ba.gov.br) ;
  - e.2) Jornal Diário de Grande Circulação;
  - e.3) No sistema eletrônico de licitações, ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), através dos avisos inseridos para este certame, inclusive via chat.
  - e.4) Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

### **XIII- DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE**

**12.1-** Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento de usuário pelas licitantes, que será realizado através do **Sistema de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**12.1.2-** O credenciamento se dará através da atribuição de chave de identificação e/ou senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema, sendo a licitante responsável, nos limites de suas atribuições e competências, por todos os atos praticados e as transações que forem efetuadas em seu nome no **Sistema de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**12.1.3-** O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.

**12.1.4-** Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

**12.1.5-** O licitante é responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

**12.1.6-** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**12.1.6.1-** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**12.1.6.2-** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Avenida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).





**12.1.6.3-** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**12.1.6.4-** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**12.1.6.5-** inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração pública.

**12.1.7-** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.1.7.1-** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, assinar no campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**12.1.7.2-** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, assinar no campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**12.1.7.3-** A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021

### **XIII –DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / DAS IMPUGNAÇÕES**

**13.1-** A Pregoeira poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos, a fim de subsidiar a decisão quanto aos pedidos de esclarecimentos e impugnações, promovendo a oitiva, quando necessária, do órgão legal de assessoramento jurídico.

**13.1.1-** Se na resposta aos pedidos de esclarecimentos e no acolhimento parcial ou total das impugnações verificar-se a necessidade de modificações do edital e/ou seus anexos, estas serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original, e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

**13.1.2-** As respostas à impugnação ou ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.1.3-** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos acolhidos não suspendem os prazos previstos no certame, exceto quando não houver tempo hábil para as alterações editalícias e em seus anexos.

### **13.2- DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**13.2.1-** Os pedidos de esclarecimentos referentes aos termos do Edital e seus anexos deverão ser enviados à Pregoeira até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do **e-mail: [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br)**, na forma do edital, cabendo à Pregoeira responder os pedidos de esclarecimentos, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do seu recebimento, e suas respostas vincularão os participantes e o TCM-BA.

### **13.3- DAS IMPUGNAÇÕES**

Avenida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**13.3.1-** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**13.3.2-** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.3.3-** Acolhida a impugnação, caso necessário, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **XIV- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**14.1-** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, com a descrição do objeto ofertado, e deverá estar em **PDF pesquisável**.

**14.1.2-** Os licitantes cadastrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado da Bahia poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no referido Cadastro, observado o disposto no edital, para a confirmação das suas condições habilitatórias, com base no Sistema Informatizado de Cadastro de Fornecedores. Caso o cadastro consigne algum documento habilitatório vencido, o licitante deverá apresentar a sua versão atualizada.

**14.2-** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:

**14.2.1-** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

**14.2.2-** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo XXXIII, da Constituição, Federal e Art.68, VI, da Lei nº14.133-2021.

**14.2.3-** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**14.2.4-** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**14.2.5-** Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração pública.

**14.2.6-** O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos de Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

**14.2.7-** O pleno conhecimento e aceitação das regras e condições gerais da contratação, constantes do procedimento.

**14.2.8-** A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

**14.3-** A Pregoeira poderá, sempre que entender necessário, solicitar manifestação jurídica e/ou técnica especializada, a fim de subsidiar o julgamento da proposta de preços e/ou dos documentos habilitatórios.



**14.4-** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**14.5-** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**14.6-** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**14.6.1-** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**14.6.2-** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem 14.6.1.

**14.7-** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**14.7.1-** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**14.7.2-** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 14.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**14.8-** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo TCM ou de sua desconexão.

**14.9-** Encerrada a etapa de lances, a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada serão disponibilizadas em **PDF pesquisável**, para avaliação da Pregoeira e para acesso ao público, podendo ser solicitado pela Pregoeira que esses documentos sejam remetidos, igualmente, para o email: [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).

**14.11-** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 3h (três horas), contado da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico.

## **XV - DAS ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DO CONTEÚDO**

**15.1-** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no **Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))**, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.;

**15.2-** A Proposta de Preços deverá ter indicação e descrição de forma detalhada das características do objeto da presente licitação, de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos, devendo ser formulada em conformidade com os **Anexo I e Anexo I- A, expressando especialmente a Taxa de Administração em percentual (%) com, no máximo, 02 (duas) casas decimais após a vírgula, incidente sobre o montante total de gastos, sendo aceita a taxa igual ou abaixo de zero (NEGATIVA); enviada** consoante o **Anexo VI- Modelo de Planilha de Quantitativos e Proposta de Preços**, e juntamente com a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, conforme modelo constante do **Anexo II**, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.





**15.3-** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**15.4-** A Proposta de Preços deverá ser enviada, concomitante com os documentos de habilitação exigidos no edital por meio do [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, observando as disposições dos itens 15.2 e 15.3, e deverá conter:

**a-** Prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura fixada no preâmbulo deste Edital, facultado, porém, aos proponentes, estender tal validade por prazo superior.

**b- A Taxa de Administração em percentual (%)** indicada pelo licitante, deverá contemplar todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da licitante contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento da execução do objeto., preferencialmente, de acordo com o **Anexo VI** deste Edital.

**15.5-** Os valores da **Taxa de Administração em percentual (%)**, serão cotados em algarismos e por extenso, devendo referir-se à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas. Em caso de discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo a Pregoeira proceder as correções necessárias.

**15.5.1-** O valor da taxa de administração admitida para o pagamento da prestação dos serviços, incidirá sobre o montante mensal de gastos efetuados através do sistema de gerenciamento da proponente, bem como sobre os valores das recargas dos cartões eletrônicos.

**15.6-** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**15.7-** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**15.8-** A apresentação da taxa de administração será em percentual (%), admitindo-se taxa igual ou abaixo de zero (NEGATIVA).

**15.8.1- Considerando a impossibilidade técnica de serem efetuados lances com valores negativos no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), utilizado pelo TCM para execução deste Pregão Eletrônico, o Licitante deverá elaborar a sua proposta de preços indicando a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO com duas casas decimais, conforme TABELA DE CORRELAÇÃO DESCRITA NA ALÍNEA "a" DESTE SUBITEM, que incidirá sobre o Valor Global do(s) item(ns) referentes ao objeto desta licitação. de acordo com a TABELA 01 - TAXA MÉDIA DE ADMINISTRAÇÃO e com o item 5 – Planilha de CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, ambos do ANEXO I - Termo de Referência, e ainda observando:**

**a) Como o Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), não permite lances com valores negativos, os participantes deverão utilizar uma correlação onde o lance de valor 100 (cem) equivalerá a 0% (zero por cento). Exemplificando: a Taxa de Administração de 0,90% (noventa centésimos percentuais) deverá ser lançada como 100,90. As taxas inferiores a ZERO serão os valores inferiores a 100, tais como: 99,99 (-0,01%), 99,50 (-0,5%), 99,45 (-0,55%) e etc.**



EXEMPLOS DE VALORES A SEREM UTILIZADOS NA ETAPA DE LANCES DA LICITAÇÃO									
ADMINISTRAÇÃO OFERTADA (em%)	-0,55%	-0,50%	-0,08%	-0,01%	0%	0,10%	0,15%	0,90%	2,00%
VALOR DIGITADO NO SISTEMA	99,45	99,50	99,92	99,99	100	100,1	100,15	100,9	102,00

**15.9-** Deverá acompanhar a proposta de preços, **Declaração de Pleno Conhecimento** de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**15.10-** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**15.11-** No caso de microempresas e empresas de pequeno porte interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/2006, também deverá constar do envelope de proposta de preços a **Declaração de Enquadramento (Lei Complementar nº 123/06)** em consonância com o modelo do **Anexo IV**.

**15.12-** O licitante deverá apresentar declaração de que está desimpedido de licitar e ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

**15.13-** O preço mensal e anual dos serviços, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os preços mensal e anual, prevalecerá o primeiro, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias). Contudo, para fins de apresentação das propostas e lances será considerado o **preço global dos serviços, lançados no sistema para 24 meses, na forma do modelo fornecido do Anexo VI**. Não serão aceitos valores com mais de 02 (dois) dígitos decimais. (para ficar em consonância com o que estabelece o critério de julgamento (VI) e o item 16.5 seguinte do edital).

**15.14-** Serão desclassificadas **NO FINAL DA DISPUTA**, as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital, que consignarem taxa de administração superior ao limite estabelecido na TABELA 01-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO indicada no Termo de Referência ou com taxas manifestadamente inexequíveis, assim consideradas as taxas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, valor indicado no Item 5(CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO), do Termo de Referência, deste Edital de licitação.

**15.15-** Será vencedora a empresa que apresentar o **Menor Preço Global do Lote, representado pelo menor percentual de taxa de administração para o lote**, para o período contratual de 24 meses.

**15.15.1-** As propostas deverão prever e especificar o período de garantia dos serviços e das peças de reposição;

**15.16-** Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc: 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**15.17-** A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados;

**15.18-** As Microempresas (MP) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), que desejarem participar do certame com os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão obter esta qualificação junto ao Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), comprometendo-se a remeter ao órgão licitante, por ocasião da habilitação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo assinalar sua situação no campo correspondente na **Declaração de Enquadramento, Anexo IV** deste Edital, sob pena de não obter a concessão do tratamento diferenciado.

## **XVI- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**16.1-** O Critério de Julgamento será o de Menor Preço, Representado Pela Menor Taxa de Administração em Item único, de acordo com Termo de Referência, Anexo I deste Edital, elaborado pelo Setor requisitante.

**16.2-** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**16.2-** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**16.3-** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**16.4-** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**16.5-** O lance deverá ser ofertado pelo valor GLOBAL DO LOTE, PARA 24 MESES.

**16.6-** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**16.7-** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**16.8-** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está indicado no Anexo I do Termo de Referência deste instrumento.

**16.9-** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**16.10-** O modo de disputa adotado neste pregão é **ABERTO**, devendo ser observado o seguinte procedimento para envio de lances:

- a)-** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública com prorrogações, conforme o critério de julgamento e as regras estabelecidas neste edital;
- b)-** Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores, definido neste edital, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- c)-** No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após

Avenida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**d)-** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata a letra “a” deste item 16.10, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**e)-** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22.

**f)-** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos da letra “d” deste item 16.10, a Pregoeira poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**f1)- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**

**16.11-** Após o reinício previsto no item 16.10 letra “f” e “f1”, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**16.12-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**16.13-** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**16.14-** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**16.15-** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**16.16-** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**16.16.1-** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**16.16.2-** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**16.16.3-** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**16.16.4-** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º art. 44 da Lei Complementar 123/2006, **o sistema buscará a segunda melhor oferta no ranqueamento após a disputa e sucessivamente.**

**16.17-** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado  
Avenida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**16.17.1-** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**16.17.2-** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**16.17.3-** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**16.17.4-** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie, mediante sistema eletrônico e e-mail [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br), a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**16.17.4.1-** A proposta deverá contemplar a planilha com os respectivos valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance, obedecendo às disposições dos itens do Edital, inclusive quanto aos demais documentos neles exigidos.

**16.17.4.2-** Os documentos deverão ser apresentados em (PDF pesquisável), via Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), podendo ser solicitado pela Pregoeira que também sejam enviados mediante o correio eletrônico [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br);

**16.17.4.3 -** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **XVII- DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**17.1-** Encerrada a etapa de negociação, conforme item 16.18, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 11.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**17.1.1-** SIMPAS, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda a legislação vigente;

**17.1.2-** SICAF;

**17.1.3-** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**17.1.4-** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). (conforme disciplinado no **§ 4º do art. 91, da Lei nº 14.133/2021**),

**17.2-** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, conforme disposto na IN nº 3/2018, art. 29, caput.

**17.2.1-** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.





Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc: 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**17.2.2-** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**17.2.3-** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**17.3-** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 14.4 deste edital.

**17.4-** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**17.4.1. –** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**17.4.1.1-** conter vícios insanáveis;

**17.4.1.2-** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**17.4.1.3-** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**17.4.1.4-** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**17.4.1.5-** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**17.4.1.6-** É indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, sendo declarada a inexequibilidade pela Pregoeira, quando demonstrado após realização de diligência, que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**17.5-** Será desclassificada a proposta que consignar valor global superior aos praticados no mercado ou, quando for o caso, que contemple preços superiores aos preços máximos definidos no instrumento convocatório, fixados pela Administração.

**17.5.1-** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**17.6-** -Serão também desclassificadas as propostas que consignarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles cotados no percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme dispõe o art. 34, da IN SEGES nº 73/2022.

**17.7-** A inexequibilidade será declarada pela Pregoeira nos termos do item 17.6, após realização de diligência que demonstre que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**17.8-** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**17.9-** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**17.10-** O ajuste de que trata o item 17.9, se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**17.11-** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**17.12- Como condição de aceitação da proposta, o licitante classificado em primeiro lugar será avaliado pela equipe técnica do TCM, mediante Prova de Conceito disciplinada no subitem 8.7 do Termo de Referência, a fim de comprovar que o sistema apresentado atende ao objeto**

**17.13-** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, da Unidade Jurídica e /ou do responsável pela análise complementar.

**17.14-** Por meio de mensagem no sistema e no sítio eletrônico deste TCM, será divulgado o local e horário de realização da Prova de Conceito mencionada no item 8.7 deste edital, sendo facultada a presença de todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**17.15-** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e no sítio eletrônico deste Tribunal.

**17.16-** Caso o sistema, objeto do certame, apresentado pela licitante melhor classificada, seja reprovado pelo setor competente na Prova de Conceito, a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo, sucessivamente, com a convocação para realizar a prova técnica até a verificação da proposta que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**17.17-** A proposta do licitante melhor classificado não será aceita, caso seja reprovada na Prova de Conceito, aplicada pelo setor competente, definidos no subitem 8.7.1 do Termo de Referência.

**17.18-** Ao final da sessão, o licitante vencedor deverá encaminhar nova planilha de custos, com os respectivos valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance, devendo ser preenchida em conformidade com os Anexos do Edital referentes à Proposta de Preços, devendo, igualmente, apresentar os dados da empresa, indicação de conta bancária e de seu representante legal, informações essenciais para elaboração do contrato respectivo, com prazos e valores discriminados, conforme edital.

## **XVIII - DOS DOCUMENTOS E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

**18.1-** Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos relacionados no instrumento convocatório, **acrescentando-se as condições descritas no item 13 (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) do Termo de Referência** deste instrumento.

**18.2-** As certidões extraídas pela internet somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

**18.3-** Para habilitação, o licitante mais bem classificado deverá apresentar as documentações referidas nos itens 18.3 a 18.6 deste edital, e no item 13(CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) do Termo de Referência, Anexo I, deste instrumento convocatório, mediante sistema e através do e-mail: [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br), no prazo de até 3h(três horas) a contar da convocação da Pregoeira, que poderá prorrogar esse período, após solicitação fundamentada do licitante melhor classificado e de acordo com a conveniência do TCM.

**18.1.2-** O prazo de envio de documentação relativa à habilitação, pelo e-mail: [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br) é de até **03(três) horas**, após a convocação pela Pregoeira.

**18.1.3-** A Pregoeira conferirá e examinará os documentos de habilitação, emitindo o Certificado de Registro das empresas cadastradas e verificando a regularidade da documentação exigida no instrumento convocatório.



**18.1.3.1-** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**18.1.3.2-** Será verificado se o licitante apresentou no sistema as seguintes declarações, sob pena de inabilitação, devendo responder pela veracidade das informações:

- a) que atende aos requisitos de habilitação;
- b) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**18.1.3.3-** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**18.1.3.4-** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3h (três horas), prorrogável por igual período, a critério da Administração, contado da solicitação do pregoeiro

**18.1.3.5-** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**18.1.3.6-** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos seguintes casos:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**18.1.3.7-** Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

**18.1.3.8-** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 18.1.3.4.

**18.1.3.9-** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;

**18.1.3.10-** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**18.1.3.11-** A Pregoeira poderá solicitar manifestação técnica e/ou jurídica a respeito da documentação de proposta e habilitação apresentadas pelo licitante vencedor;

**18.1.3.12-** Caso seja necessário, a Pregoeira poderá solicitar documentos complementares à habilitação, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica preexistente, os quais deverão ser apresentados em formato digital (pdf pesquisável), via sistema eletrônico, no prazo de até 03 (três) horas a contar da solicitação,



vedada a inclusão posterior de elemento que devesse constar originariamente dos documentos de habilitação;

**18.1.3.13-** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, a licitante será declarada vencedora;

**18.1.3.14 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.**

## **18.2 - DOS LICITANTES CADASTRADOS NO SIMPAS/SAEB – BA**

**O Licitante com proposta considerada aceitável, caso seja inscrito no sistema de cadastro SIMPAS/SAEB, deverá obedecer ao seguinte:**

**18.2.1-** Os documentos para Habilitação de Licitantes de cadastros válidos no sistema **SIMPAS/SAEB**, serão objeto de consulta pela Pregoeira, podendo as documentações exigidas para habilitação ser substituídas parcialmente por certificado de registro cadastral, válido, emitido pelo **SIMPAS/SAEB**.

**18.2.1.1-** Na hipótese do item 18.2.1, a habilitação dos proponentes ficará condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como à validade dos documentos cadastrais, por meio de consulta “on-line” na **SIMPAS/SAEB**, que será obtido sob forma de extrato do cadastrado.

**18.2.1.2-** Caso exista documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada, via e-mail da Comissão Permanente de Licitação /CPL: [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).

**18.2.1.3-** A Pregoeira verificará no **SIMPAS/SAEB** a restrição quanto à regularidade fiscal **das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte cadastradas nesse sistema**, previstas nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº123/2006. **Aquelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não são cadastradas no SIMPAS** são obrigadas a apresentar a comprovação de restrição, via e-mail [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).

**18.2.2-** A habilitação do licitante cadastrado melhor classificado será verificada por meio do sistema **SIMPAS/SAEB**, nos documentos por ele abrangidos, a exceção daqueles a seguir dispostos que deverão ser encaminhados via e-mail: [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br) e anexados no sistema do Banco do Brasil:

**a)-** Qualificação Técnica;

**b)-** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**c)-** Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor;

**d)-** Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**e)-** Documentos atualizados, quando vencidos no cadastro, quando for o caso;

**18.3- Habilitação jurídica** comprovada mediante a apresentação:

**a)** de registro público, no caso de empresário individual;

**b)-** em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrado, acompanhado, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;

**c)-** no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;

**d)-** decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de



registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**18.4-Habilitações Fiscal Social e Trabalhista** serão comprovadas mediante a apresentação dos seguintes documentos, que poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –(CNPJ);
- b)---prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

**18.4.1– Regularidade Fiscal das Microempresas (ME) Empresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006:**

- a)- As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão comprovar esse enquadramento tributário, bem como indicar a existência ou não de restrição de regularidade fiscal, assinalando nos campos correspondentes no **Anexo IV**.
- b)- A comprovação do enquadramento tributário da microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á mediante a apresentação de documentos fiscais nos quais conste registrada essa condição.
- c)- Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da declaração de vencedora do certame para sua regularização, atendendo determinação da Lei Complementar 123/2006, art.43, § 1º;
- d)- **A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.**

**18.5- Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a)- **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- b)- **Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**18.5.1-** O balanço patrimonial referido no item 18.5, letra “b” limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**18.6- Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a)- **Comprovação de aptidão de desempenho de atividade** pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de 01 (um) ou mais atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a experiência na execução do objeto licitado, de acordo com o art. 67, § 5º, da Lei Federal nº14.133/2021, modelo constante do **Anexo VII**.

**a.1) Não será conhecido e nem considerado válido o atestado ou declaração de capacidade técnica emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial do licitante, sendo considerado como**





Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia

**empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pelo licitante, a empresa controladora do licitante ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou do licitante.**

**b) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

**18.7-** A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original ou cópia e substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública nas hipóteses definidas neste edital.

### **18.8– DA PROVA DE CONCEITO**

**18.8.1-** A Prova de Conceito e demais funcionalidades, estão descritas no subitem **8.7.1**, do Termo de Referência deste instrumento.

### **18.9- DO RECURSO E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

**18.9.1-** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**18.9.2-** Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão da Pregoeira, com o registro da síntese das suas razões no campo próprio do Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará em preclusão do direito e, consequentemente, ocorrerá a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

**18.9.3 -** Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer das licitantes, será concedido o prazo de até 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico e via e-mail [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br), ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, se quiserem, apresentar contrarrazões pelos mesmos meios, em igual prazo, cuja contagem terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso. Será assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**18.9.4-** A Pregoeira, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.9.5 -** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

**18.9.6-** Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**18.9.7-** Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**18.9.7.1-** O recurso de que trata o item 18.9.7 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.9.8-** Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.





**18.9.9-** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**18.9.10-** Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **XIX- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1-** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**19.1.1-** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**19.1.2 -** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**19.1.3-** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**19.1.4 -** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**19.2-** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**19.3-** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**19.4-** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**19.5-** A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão em direito à contratação.

## **XX- DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**20.1-** A prestação dos serviços será realizada em todo o Território do Estado da Bahia, conforme regiões e municípios abaixo elencados:

**20.2-** A CONTRATADA deverá possuir no mínimo 03(três) estabelecimentos credenciados num raio de distância máxima de 10 km da Sede do CONTRATANTE

**20.3-** Dispor de no mínimo 02(duas) oficinas, inclusive concessionárias, referenciadas na rede de atendimento nas cidades de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié, Caetité, Alagoinhas, Serrinha, Irecê, Itaberaba, Juazeiro, Paulo Afonso, Jacobina, Sta. Maria da Vitória, Eunápolis e Barreiras, além de pelo menos 60% do Estado da Bahia.

**20.9-** Caso o método de pagamento contratado seja taxado em um dos estabelecimentos sede credenciada fornecida pela CONTRATADA, o valor deverá ser ressarcido ao CONTRATANTE, em se tornando a taxação recorrente, ensejada na aplicação da sanção cabível.

## **XXI - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**21.1-** Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, (quinzenalmente, pelos serviços prestados) por meio de Nota Fiscal, em nome da Contratada, Avenida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA. CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo de até 12 (doze) dias úteis contados da data de autuação do processo eletrônico, em consonância com o disposto nos (art. 92, V e VI), da Lei Federal nº. 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**21.2-** O pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência, Anexo I** a este Edital.

**21.3-** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

## **XXII- DA SUBCONTRATAÇÃO**

**22.1-** Não será admitida a subcontratação do objeto tendo em vista que a empresa contratada deverá ser a responsável pelo gerenciamento das despesas realizadas.

## **XXIII - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**23.1 -** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**23.2-** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não sendo possível transfigurar o objeto da contratação.

**23.3-** Na ausência de preços unitários estabelecidos no contrato cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**23.4-** Nas alterações contratuais para supressão, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**23.5-** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**23.6-** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**23.6.1-** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**23.7-** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**23.8 -** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



## XXIV- DA FISCALIZAÇÃO / DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS

**24.1-** Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma dos **itens 7 e 8 do Termo de Referência** e nos seguintes termos:

**24.1.1-** A Contratada deverá permitir e oferecer, durante a vigência do contrato, condições para a mais ampla e completa fiscalização do Contratante, inclusive mediante auditoria interna e/ ou externa por ela indicada, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

**24.1.2-** O fiscal do Contrato deverá acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização dos serviços, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**24.1.3-** A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

**24.1.4-** As exigências e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**24.1.5-** Os serviços devem ser executados rigorosamente dentro das especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

**24.1.6-** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da contratante, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da contratada.

**24.1.7-** Compete ao fiscal do contrato, além das determinações legais e constantes do Termo de Referência deste Pregão:

- a- Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b- Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c- Dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrência da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual.
- d- Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e- Promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação;
- f- Esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g- Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- h- Solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**24.2.8-** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

## XXV- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**25.1-** As obrigações do CONTRATADO e as obrigações do CONTRATANTE, estão descritas **nos itens 9 e 10, do Anexo I, do Termo de Referência** deste instrumento.

## XXVI - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**26.1-** As infrações e sanções Administrativas, reger-se-ão pela disciplina dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133 de 2021, e disposições do **item 14, do Termo de Referência, Anexo – I** deste Edital.

**26.1.1-** Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 156 do mesmo diploma legal, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo, na forma que se segue:

**26.2-Advertência:** A sanção será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 desta Lei 14133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**26.3-Multa:** A sanção será calculada em caso de atraso no cumprimento da obrigação principal, nos percentuais de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

**26.3.1-** Na hipótese prevista no item 14.3, se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na lei.

**26.3.2-** Para os casos de mero atraso ou inadimplemento de obrigação acessória, assim considerada aquela cujo descumprimento não comprometa, retarde, impeça ou embarace a execução dos serviços, em conformidade com as especificações exigíveis, será aplicada multa, nos limites máximos de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

**26.4) Impedimento de licitar e contratar**, está previsto no art. 156, §4º da Lei nº 14.133/2021, quando praticadas as condutas definidas nos incisos específicos do art. 155, da mencionada norma licitatória federal.

**26.5) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, está previsto no art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021, quando praticadas as condutas definidas nos incisos específicos do art. 155, da mencionada norma licitatória federal.

**26.6-** A apuração de conduta infrativa sujeita exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado a ser conduzido por 01 (um) ou mais agentes processantes, designados pela autoridade competente, conforme os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**26.7-** A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será realizada em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão processante, composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis.

**26.8- O órgão de assessoramento jurídico realizará controle prévio de legalidade do processo licitatório.**

Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).





## **26.9 - Na aplicação das sanções serão considerados**

- a)-a natureza e a gravidade da infração cometida; b)-as peculiaridades do caso concreto;
- c)-as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)-os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)-a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **26.10- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.**

**26.11-** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, de acordo com o inciso IV do Art.155 da Lei Federal nº14.133/2021, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**25.12-** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**26.13-** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**26.14 -** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**26.15-** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**26.16-** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **XXVII– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**27.1-** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**27.2 -** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem **ônus para o CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade **ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.**

## **XXVIII– DA SUBCONTRATAÇÃO**



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**28.1** - Não será admitida a subcontratação do objeto tendo em vista que a empresa contratada deverá ser a responsável pelo gerenciamento das despesas realizadas.

## **XXIX- DA GARANTIA DO CONTRATO**

**29.1-** A **Grantia do Contrato**, está indicada no **item 12**, do **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital.

## **XXX- DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**30.1-** A Estimativa do valor da Contratação encontra-se indicado no **item 5**, do **Termo de Referência, Anexo I** deste instrumento.

## **XXXI- DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**31.1-** A Administração deve prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre todos os documentos, relatórios e dados operacionais gerados ou modificados na execução dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de equipamentos de proteção elétrica, pertençam exclusivamente à Administração.

**31.2-** A Contratada se obrigará a ceder à Administração os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os seguintes artefatos e produtos, produzidos ou alterados em decorrência da relação contratual: documentação técnica, relatórios de manutenção (Preventiva e Corretiva), registros de serviço (Ordem de Serviço - OS), e quaisquer dados ou bases de dados gerados sobre o desempenho dos equipamentos, incluindo logs de eventos e configurações de firmware.

## **XXXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**32.1-** As normas disciplinares desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**32.2-** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Pregoeira, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**32.3-** É facultada à Pregoeira, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

**32.4-** A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e da proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

**32.5-** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**32.6-** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**32.7-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc: 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

se- á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**32.8-** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**32.9-** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**32.10-** As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

**32.11-** A Pregoeira poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**32.12- As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos seguintes recursos:**

Unidade Orçamentária: 01.03.03101 – Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios;

Atividade: 01.122.500.2000 – Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo;

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Fonte de Recursos: 100 – Recursos Ordinários não vinculados do Tesouro;

**32.13-** Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor.

**32.14-** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado da Bahia

**32.15-** Integram o presente Edital

- a) -Termo de Referência /Especificação Técnica > Anexo I;
- b) – Relação de Vaículos > Anexo I- A
- c) - Planilha de Valores Estimados para Contratação > Anexo I- B
- g)- Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta > Anexo II
- h- Modelo de Procuração p/Prática Atos Concernentes ao Certame> Anexo III
- i - Modelo de Declaração de Enquadramento > Anexo IV
- j- Modelo de Declaração quanto à Regularidade Fiscal >Anexo V
- k - Modelo de Planilha de Quantitativos e Proposta de Preço > Anexo VI
- l)-Modelo de Declaração de Comprovação de Aptidão de Desempenho > Anexo VII
- m)- Modelo de Declaração de Ciência dos Requisitos Técnicos > Anexo VIII
- n)- Modelo de Indicação das Instalações, do Aparelhamento e do Pessoal Técnico > Anexo IX
- o)- Modelo de Declaração de Desimpedimento de Licitar e/ou Contratar > Anexo X
- p)- Minuta do Contrato > Anexo XI
- q)- Modelo de Termo de Conclusão dos Serviços > Anexo XII

Salvador, 08 de maio de 2026.

Roquelina Santos Silva

Pregoeira - Comissão de Contratação -CDC - TCM/BA

Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



## EDITAL 02/2026

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

**1. INTRODUÇÃO** - O presente Termo de Referência objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, para atender a frota do Tribunal de Contas dos Municípios, com fornecimento de peças, executado por empresas Credenciadas (Oficinas e/ou Concessionárias) junto à Contratada, envolvendo a implantação e operação de um sistema Informatizado, via Internet, que permita o controle e o gerenciamento das despesas, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

**2. DA JUSTIFICATIVA** – A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a operacionalidade, a segurança e a adequada conservação da frota oficial deste Tribunal, atualmente composta por 32 (trinta e dois) veículos, indispensável ao cumprimento das atividades administrativas e finalísticas, que demandam deslocamentos frequentes de membros e servidores, realização de inspeções, auditorias e transporte de materiais e documentos oficiais, deste Tribunal, nos termos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

**3. DO OBJETO** – Constitui o objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, para atender a frota do Tribunal de Contas dos Municípios, com fornecimento de peças, executado por empresas Credenciadas (Oficinas e/ou Concessionárias) junto à Contratada, envolvendo a implantação e operação de um sistema Informatizado, via Internet, que permita o pagamento, controle e o gerenciamento das despesas, incluindo ou não a necessidade de tecnologia de cartão eletrônico com chip (smart) ou cartão com tarja magnética, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, desde que atestada a vantajosidade para a Administração Pública, permitida a negociação ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme disposição dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e no que couber a Lei Estadual nº14.634/2023.

3.1 A prorrogação mencionada anteriormente ficará condicionada à instrução e ateste da Fiscalização do Contrato, ratificando a permanência da vantajosidade da contratação nas condições pactuadas, considerando os seguintes requisitos, permitida a negociação junto ao contratado:

- 3.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.2 Seja do interesse da Administração em prorrogar o contrato;
- 3.1.3 O valor contratado permaneça vantajoso para a Administração;
- 3.1.4 A Contratada deverá se manifestar expressamente no interesse da prorrogação contratual;
- 3.1.5 Autorização da autoridade competente dos Tribunais.

#### 4. PREÇO MÉDIO DE MERCADO

Com base nos estudos realizados para a presente contratação, foram identificados os seguintes percentuais de taxa de administração, aferidos de acordo com contratações semelhantes recentemente realizadas por órgãos da Administração Pública e instituições privadas:



**TABELA 01 – TAXA MÉDIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Descrição	Unidade	A	B	C	D	E	PERCENTUAL MÉDIO ENCONTRADO %
Gerenciamento de serviços (taxa de administração)	%	-13,00%	-15%	-13,84%	-12,50%	-6,50%	-11,75%

**5. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO** - Conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar, estima-se para a presente contratação o seguinte exposto:

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL ANUAL
1	Serviço de mão de obra para manutenção de veículos	R\$ 150.000,00
2	Reposição de Peças	R\$ 150.000,00
<b>TOTAL ESTIMADO 12 MESES R\$ – R\$ 300.000,00</b>		
<b>TOTAL ESTIMADO 24 MESES R\$ 600.000,00</b>		

*\*Obs.: Os quantitativos e valores constantes na tabela são apenas referenciais e estimados, devendo a Contratada disponibilizar o crédito global para uso de acordo com a demanda do contratante.*

**6. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** - A prestação dos serviços será realizada em todo o Território do Estado da Bahia, conforme regiões e municípios abaixo elencadas:

6.1 A CONTRATADA deverá possuir no mínimo 03 (três) estabelecimentos credenciados num raio de distância máxima de 10 km da sede do CONTRATANTE.

6.2 Dispor de no mínimo 02 (duas) oficinas, inclusive concessionárias, referenciadas na rede de atendimento nas cidades de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié, Caetité, Alagoinhas, Serrinha, Irecê, Itaberaba, Juazeiro, Paulo Afonso, Jacobina, Sta. Maria da Vitória, Eunápolis e Barreiras, além de pelo menos 60% do Estado da Bahia.

6.3 Caso o método de pagamento contratado seja taxado em um dos estabelecimentos da rede credenciada fornecida pela Contratada, o valor deverá ser ressarcido à Contratante, e em se tornando a taxaão recorrente, ensejará na aplicação da sanção cabível.

**7. DA FISCALIZAÇÃO** - Os serviços prestados serão gerenciados e fiscalizados por Representantes do CONTRATANTE, que poderão exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, esclarecimentos, demonstrações e documentos que comprovem a regularidade do contrato.

7.1 Atuará como fiscal do contrato o Sr. Carlos Henrique J. Silva, e as unidades gestoras as Gerências de Serviços Gerais (GESEG) e de Controle de Contratos (GECOC), para acompanhar a execução do objeto deste Termo de





#### Referência.

7.2 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

#### 7.3 Cabe ao FISCAL do contrato:

7.3.1 observar o cumprimento da obrigação da contratada de manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7.3.2 anotar em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a) fiscalizar, atestar a qualidade dos serviços e produtos, inclusive sob o aspecto quantitativo e qualitativo, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas no contrato e seu respectivo Edital, Projeto Básico e ENCARTES;
- b) comunicar eventuais falhas na prestação dos serviços, cabendo à contratada adotar as providências necessárias;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços;
- d) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidas;
- e) emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial: aplicação de sanções e alterações contratuais;
- f) comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela contratada;
- h) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- i) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) efetuar os pagamentos devidos à contratada mediante a apresentação das respectivas faturas, devidamente discriminadas e atestados pelo FISCAL DO CONTRATO;

**8- DA DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS** – Os serviços objeto deste termo de referência abrangem os serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos, através de rede de oficinas credenciadas.

**8.1 - A contratada deverá disponibilizar métodos e uma solução que iniba e identifique com agilidade a falha de segurança nas eventuais utilizações não autorizadas.**

**8.2 - A atividade de gerenciamento de manutenção da frota deve conter:**

- i. Sistema tecnológico para processamento de informações, através da Internet, com acesso ao Setor de Transportes do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;
- ii. Processo de consolidação de dados e emissão de relatórios pela Internet ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;
- iii. Envio das notas fiscais/faturas liquidadas junto à rede credenciada da CONTRATADA, e em formato digital, contemplando, no mínimo, as seguintes informações: razão social, endereço completo, nome fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, Data de emissão, modelo da NF, natureza da operação, série da NF, descrição dos serviços/peças utilizados, valor da NF;
- iv. Rede credenciada de oficinas, equipadas para aceitar todas as transações do sistema tecnológico da CONTRATADA, nas Regiões elencadas;
- v. Implantação e operação de um sistema tecnológico integrado via WEB (internet) que viabilize a solicitação, autorização, pagamento e acompanhamento da manutenção junto às oficinas credenciadas, através da Contratada. Devendo ser disponibilizados logins e senhas de acesso ao sistema para o gestor/fiscal do contrato;
- vi. Sistema com informações de manutenção preventiva por veículo, com disponibilização de arquivos (xls, ods, xml e/ou pdf) troca de óleo, correias, pastilhas, pneus etc.



- vii. Disponibilização, se necessário, de cartão que viabilize o gerenciamento e pagamento de serviços de manutenção junto às oficinas credenciadas;
- viii. Sistema de gerenciamento integrado, ao qual terá acesso o Setor de Transportes do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia e que possibilitará a emissão dos seguintes relatórios:
  - a) Extrato analítico/sintético contendo todos os serviços realizados, individualmente discriminados por veículo, apresentando gráfico e tabelas comparativos entre veículos, bem como data, hora, local e quilometragem quando foram efetuadas as operações, com disponibilização de arquivos (ls, ods, xml e/ou pdf);
  - b) Consolidação mensal da quantidade de veículos que efetuaram manutenção, por centro de custo e por mais qualquer outro filtro disponível no sistema (exemplo: ano, marca, ou modelo dos veículos);
  - c) Ranking de despesas (maiores consumos) por veículo ou qualquer outro filtro disponível no sistema;
  - d) Relatórios comparativos entre veículos ou qualquer outro, desde que haja informação disponível no sistema da CONTRATADA;
  - e) Relatório de Composição da Frota que permitirá ao Gestor identificar a quantidade total de veículos cadastrados no Sistema, possibilitando a classificação de diferentes formas, seja por fabricante, modelo, versão ou ano de fabricação;
  - f) Relatório de Controle de Sinistro dos Veículos;
  - g) Relatório de Oficinas credenciadas e descredenciadas, com informação da data de credenciamento e descredenciamento;
  - h) Deverá ser possível a extração de relatórios integrais (toda a frota) e parciais (por veículo).
  - i) A emissão dos relatórios deverá possibilitar a seleção do período em que estão compreendidas as informações desejadas;
  - j) Relatório de Histórico de Frota que listará todas as operações realizadas por um veículo ou por todos os veículos deste Tribunal;
  - k) Relatório de Extrato de Conta portador/Conta Base, que verificará o extrato da conta de cada veículo da Frota e o saldo existente, a fim de acompanhar as despesas realizadas em um período definido;
  - l) Relatório de Evolução de Despesas da Frota, que possibilitará a verificação da evolução de despesas da frota dentro de um determinado período;
  - m) Relatório de histórico de troca de peças e serviços efetuados por tipo de peça, por veículo, por marca/modelo, por unidade de custo ou outros filtros existentes;
  - n) A Contratada desenvolverá, às suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, on-line, interligando os locais de atendimento com o Tribunal;
  - o) O sistema deverá permitir abertura de ordem de serviço on-line/real time tanto por parte do estabelecimento credenciado quanto por parte da Contratante; deverá ser identificada no sistema, o usuário responsável pela inclusão da ordem de serviço ficando condicionado a informar precisamente o condutor que entregou o veículo/equipamento na oficina, quilometragem/horímetro, número da solicitação de serviços, com ou sem uso do cartão magnético/chip.
  - p) A Contratada deverá ainda facultar ao Tribunal, pleno acesso às



### 8.2.1 O sistema de gerenciamento de manutenção da frota deverá contemplar também, as seguintes funções:

- a) Registro de troca pneus;
- b) Registro das manutenções preventivas e/ou corretivas;
- c) Criação e emissão de ordens de serviço;
- d) Registro dos serviços realizados e peças substituídas, com entrada de dados única através da numeração das notas fiscais;
- e) Registro de troca de peças com campo para constar o prazo garantia das peças substituídas;
- f) Registro e emissão dos orçamentos pela rede credenciada;
- g) Registro e emissão das autorizações de serviços pelos centros de custo;
- h) Oferecer níveis de permissão de acesso (consulta/administração), conforme definido pelo Setor de Transporte do TCM-BA.

**8.3 DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS PELAS OFICINAS CREDENCIADAS** - Os serviços a serem realizados pelas oficinas credenciadas deverão obedecer às especificações dos itens abaixo e serão previamente autorizados pelo setor competente (Setor de Transportes - SETRA), através de ordens de serviços geradas pelo sistema, acompanhados e reavaliados no decorrer de sua execução, sendo que os estabelecimentos credenciados pela contratada deverão possuir equipamentos para diagnóstico correto recomendado pelo fabricante:

**a) Manutenção preventiva – são os serviços a serem executados nos veículos com base na marca, modelo e quilometragem determinada pelo fabricante evitando a quebra ou desgaste de peças, defeitos e panes dos sistemas, substituindo, consertando ou regulando-o previamente, conforme cronograma definido pela Contratante, abrangendo, por exemplo, os seguintes serviços:**

- Serviços de mecânica, elétrica, ar-condicionado e hidráulica - consistem em reparar e/ou montar o sistema mecânico, elétrico, ar-condicionado e/ou hidráulico, dos veículos;
- Serviços de Borracharia - consistem em reparar e/ou montar o conjunto de rodas e pneumáticos;
- Serviços de Alinhamento - consistem em regular o ângulo de rotação e convergência das rodas do veículo, permitindo um perfeito deslocamento, sem desgaste anormal dos pneus ou dificuldades da dirigibilidade;
- Serviços de Balanceamento - consistem em adicionar contrapesos de chumbo na periferia interna ou externa da roda do veículo, para compensar a diferença de peso do conjunto “aro da roda / pneu”;
- Serviço de Lavagem - limpeza geral (chassis, carroceria, partes internas etc.) através de jato de água, pulverização e aspiração;

**b) Manutenção corretiva – são os serviços executados nos veículos para corrigir defeitos e/ou imperfeições eventuais corrigindo a quebra ou desgaste de peças, defeitos e desregulagem dos sistemas, substituindo, consertando ou regulando-o, conforme solicitações do Contratante, abrangendo, por exemplo, os seguintes serviços:**

- Serviços de chaparia/pintura - se aplicam aos veículos que apresentam desgaste natural (corrosão), avaria (sinistro) que requeiram mudanças na estrutura ou cor;
- Serviços de Capotaria - executados para corrigir defeito ou dano, na capotaria do veículo;



- Serviço de Solda - Compreende o corte, desbaste ou soldagem de produtos metálicos na manutenção dos veículos;
- Serviço de Guincho e Reboque – é destinado ao atendimento, quando necessário, de transporte do veículo da frota oficial com dano e/ou avaria para as oficinas credenciadas mais próxima, nas cidades onde se localizam as inspetorias deste Tribunal ou para uma concessionária do fabricante mais próxima, quando não for possível, para a unidade sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Deverá ser disponibilizado 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados.
- Serviços de retífica de motor;
- Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- Suspensões, amortecedores, bieletas, coxim, etc.;
- Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- Tapeçaria;
- Serviços ocasionados por pane mecânica ou mal funcionamento.
- Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva;
- Fornecimento de placas de identificação veicular;
- Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, inclusive com fornecimento de material adesivo, ou imantado, utilizado nos veículos;
- Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar;
- Fornecimento de toda e qualquer peça necessária ao uso regular do veículo;
- Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo;
- Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste Termo de Referência, faça-se necessário ao perfeito reparo do veículo.

### **8.3.1 – DO CONTROLE DE PREÇOS, TEMPO-PADRÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão observar, a indicação do tempo-padrão de mercado, tempo estimado e tempo executado dos serviços realizados no mercado, bem como do preço da hora/serviço aplicado, além da relação das peças com preços unitários, descontos eventualmente aplicados, preço final e prazo de garantia.

**8.3.1.1** A apresentação de serviços ou peças, deverá conter descrição detalhada do serviço a ser prestado, indicando o tempo-padrão de mercado, tempo estimado e tempo executado dos serviços realizados no mercado, bem como do preço da hora/serviço aplicado, além da relação das peças com preços unitários, descontos eventualmente aplicados, preço final e prazo de garantia.

A contratada deverá apresentar quando necessário, em serviços fora do padrão de rotina, como base da proposta, no mínimo três cotações idôneas de fornecedores distintos acompanhadas de documentação comprobatória e justificativa técnica, ficando assegurado ao gestor/fiscal o direito de complementar a pesquisa de mercado, rejeitar propostas e adotar como parâmetro o menor valor comprovado entre as fontes disponíveis (média das cotações, tabela do fabricante ou outro meio cabível).

**8.3.1.2** Como critério preferencial para autorização dos serviços, aplicar-se-á o menor valor comprovado entre:

(i) o preço médio das cotações válidas apresentadas; (ii) o preço constante na tabela oficial do fabricante/montadora; ou (iii) o preço apurado em demais fontes de pesquisa de preços.

**8.3.1.3** Havendo indícios de sobre preço, direcionamento ou ausência de comprovação documental, a Administração poderá rejeitar a proposta, solicitar nova cotação ou glosar valores considerados excessivos.

**8.3.1.4-** Toda ordem de serviço ou orçamento deverá ser registrada no sistema informatizado da CONTRATADA, com a seguinte discriminação mínima:



- a) identificação do contrato;
- b) número da OS
- c) dados do veículo como placa, marca e modelo;
- d) descrição detalhada do serviço
- e) tempo-padrão; tempo estimado e tempo executado;
- f) preço da hora/serviço aplicado;
- g) relação das peças com preços unitários e descontos aplicados;
- h) preço final e prazo de garantia.

**8.3.1.5** As peças fornecidas deverão acompanhar nota fiscal de origem, emitida em nome da CONTRATADA, acompanhada de seu documento de garantia. Serviços com vícios ou falhas dentro do prazo de garantia deverão ser reparados sem ônus para a Administração.

#### **8.4-DO CONTROLE DA SEGURANÇA DO GERENCIAMENTO**

- a) O uso do sistema, para qualquer operação, somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;
- b) Havendo cartão eletrônico:
  - O seu uso, para qualquer operação, somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;
  - O bloqueio do uso do cartão de veículo/usuário deverá ser on-line, a partir da base operacional, mediante rotina/senha específica;
  - Deverá ser possível a troca periódica ou validação de senha pessoal;
  - O cancelamento do cartão somente poderá ser feito por pessoa credenciada na base operacional;
  - O uso indevido de cartão de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha e as despesas efetivadas serão pagas pela empresa contratada;
  - Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada;
  - A licitante vencedora deverá substituir o cartão extraviado ou que tenha sofrido algum dano que inviabilize seu uso correto, conforme solicitação do Setor de Transportes do TCM;

#### **8.5-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

- a) O valor da taxa da administração admitida para o pagamento da prestação dos serviços, incidirá sobre o montante mensal de gastos efetuados através do sistema de gerenciamento da proponente;
- b) O investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, cartões (1ª e 2ª vias), manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação (se houver), serão cobertos pela taxa de administração.
- c) Será aceita a apresentação de Taxa de Administração em percentual (%), sendo aceita taxa igual ou abaixo de zero (NEGATIVA).

#### **8.6-FLUXO OPERACIONAL**

- a) A discriminação da frota de veículos do TCM/BA encontra-se em anexo, a qual poderá sofrer acréscimo ou diminuição, acarretando alteração no consumo dos produtos ou serviços para mais ou para menos. Tal fato não poderá onerar a taxa de administração;
- b) A licitante vencedora deverá disponibilizar, no ato da assinatura do contrato, a rede de fornecedores de oficinas e/ou concessionárias e de autopeças e prestadoras de serviços em veículos automotivos, credenciadas e equipadas para aceitar transações informatizadas e/ou via internet, dentro do Estado da Bahia.
- c) A(s) rede(s) credenciada(s) para manutenção da frota, deve(m) contemplar, dentro do Estado da Bahia, no mínimo, as seguintes cidades: Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié, Caetité, Alagoinhas, Serrinha, Irecê, Itaberaba, Juazeiro, Paulo Afonso, Jacobina, Sta. Maria da Vitória, Eunápolis e Barreiras, sendo que na cidade de Salvador deverá haver,





no mínimo 20 (vinte) oficinas credenciadas, sendo destas uma concessionária autorizada de cada fabricante das marcas FORD, HONDA, GM CHEVROLET E CITROEN, podendo ser acrescidas novas marcas, caso em que a Contratada deverá incluir na sua rede de gerenciamento uma concessionária autorizada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o comunicado de renovação da frota.

- d) Além do requisito previsto no item 8.7, b, no interior do Estado, deve haver no mínimo de 02 (duas) oficinas credenciadas em cada cidade onde se localizam as Inspetorias Regionais do TCM, sendo elas, quando possível, concessionárias de cada fabricante disponível da frota de veículos deste Tribunal e 01(uma) oficina referenciada multimarcas, rede credenciada na região de empresas de reboque/guinchos de veículos em todas as regiões possíveis do Estado da Bahia.
- e) Deverão ser repassadas ao TCM todas as atualizações e alterações no sistema operacional de gerenciamento de frota de veículos utilizado pela licitante vencedora;

**8.7 - PROVA CONCEITO** – A empresa temporariamente vencedora do certame, será avaliada pela equipe técnica, com a apresentação do seu sistema de gerenciamento e aferição da veracidade da rede de credenciamento disponível nos termos mínimos essenciais fixados neste Termo de Referência.

**8.7.1-** A empresa arrematante deverá realizar a prova conceito, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da convocação, no horário de expediente do órgão.

**8.7.1.1-** Dentro do prazo fixado no item 8.7.1, em atendimento ao princípio da publicidade, a arrematante deverá comunicar ao TCM/BA, o dia e horário da sua apresentação, com vistas a possibilitar que os demais interessados possam acompanhar a realização da prova conceito.

**8.7.1.2** Ao final da prova será formalizada uma ata a ser assinada por todos os presentes.

**8.7.1.3** O resultado da prova conceito será divulgado com relatório técnico conclusivo, elaborado pela área técnica deste Tribunal, a ser encaminhado à pregoeira.

**8.7.2 A prova conceito irá aferir se a proposta vencedora observa os seguintes critérios:**

**a) Sistema de Gerenciamento:**

FUNCIONALIDADES	AVALIAÇÃO	
	POSSUI	NÃO POSSUI
Relatórios gerenciais avançados		
Consulta a Rede Credenciada exclusiva		
Segurança operacional		
Parametrização pelo gestor		
Pesquisa de orçamento		
Controle de vigência de garantias de peças e/ou serviços		
Extrato de serviços realizados e peças adquiridas		

**b) Rede credenciada:** será aferido se a rede da licitante vencedora atende aos quantitativos mínimos de oficinas abaixo requisitados:

REDE CREDENCIADA MÍNIMA - CIDADES DO ESTADO DA BAHIA		
CIDADES	QTD MIN. DE OFICINAS POR CIDADE	ATENDE (SIM/NÃO)
CIDADES ACIMA DE 100 MIL HAB.	06	
CIDADES ACIMA DE 50 MIL HAB.	04	



CIDADES ACIMA DE 30 MIL HAB.	02	
CIDADES ABAIXO DE 30 MIL HAB.	01	
<b>REDE CREDENCIADA MÍNIMA – SALVADOR/BA</b>		
<b>CATEGORIA</b>	<b>QUANTIDADE MÍNIMA DE CREDENCIADAS</b>	<b>ATENDE (SIM/NÃO)</b>
<b>CONCESSIONÁRIAS</b> (FORD, HONDA, GM CHEVROLET E CITROEN)	<b>01 DE CADA MARCA</b>	
<b>OFICINAS</b>	<b>20</b>	
<b>LOJAS DE PEÇAS</b>	<b>10</b>	
<b>REBOQUES</b>	<b>3</b>	
<b>BORRACHARIAS</b>	<b>3</b>	
<b>LAVA JATO</b>	<b>3</b>	
<b>FUNILARIA E PINTURA</b>	<b>3</b>	

### 8.7.3 RECOMENDAÇÃO DE ITENS PARA OPERACIONALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

<b>Apresentar o manual do sistema</b>	Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa em formato digital; Ser acessível, via WEB, 24 (vinte e quatro) horas por dia, não devendo ser necessário nada mais que um navegador de internet para tanto (Internet Explore, Firefox ou Google Chrome)
<b>Cadastrar órgãos/entes e centros de custo</b>	Permitir a criação de forma hierarquizada de órgão centralizador, órgãos aderentes e centros de custos
<b>Cadastrar Gestores</b>	<b>Cadastro de motoristas e gestores contendo, no mínimo:</b> 1. Nome; 2. Data de nascimento; 3. RG; 4. CPF; 5. Órgão de Lotação; 6. Matrícula
<b>Cadastrar veículos</b>	<b>Cadastro de veículos com registro no DETRAN, contendo no mínimo:</b> 1. Lotação do veículo; 2. órgão, cidade e código do centro de custo; 3. Placa, RENAVAM, chassi, combustível, marca/modelo, ano de fabricação, ano o modelo, capacidade/potência/cilindrada, categoria, cor predominante, capacidade do tanque e dados do hodômetro dos veículos; 4. adesivado ou não adesivado; 5. Em se tratando de veículos locados: Razão social da locadora; CNPJ da locadora; Valor mensal da locação.
<b>Cadastrar motoristas</b>	<b>Cadastro de motoristas e gestores contendo, no mínimo:</b> 1. Nome; 2. Data de nascimento; 3. RG; 4. CPF; 5. Órgão de Lotação; 6. Matrícula em se tratando de motorista; 7. RENACH; 8. Data de vencimento do RENACH
<b>Relatórios Gerenciais</b>	Nos termos especificados no item 8 deste Termo de Referência.
<b>Pesquisa de Orçamentos</b>	Apresentar no sistema ferramentas que permitam a pesquisa de orçamentos dos serviços e/ou peças.



<b>Controle de Vigência das Garantias dos serviços e/ou peças</b>	Apresentar no sistema ferramentas que permitam o controle de vigência das garantias dos serviços e/ou peças.
<b>Prover solução que impeça que o cadastro de motoristas seja concluído no sistema sem os dados completos</b>	O sistema não deve permitir a finalização de qualquer um dos cadastros de motoristas sem: Nome; Data de nascimento; RG; CPF.

## 8.8 DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Havendo uso de cartões, nos casos de defeito do Chip do cartão eletrônico, perda ou qualquer dano nos cartões, deverá o TCM comunicar à empresa contratada, para que a mesma realize a devida substituição, no período máximo de até 7 (sete) dias úteis, sem custo para o TCM;

a) Deverá ser assegurado, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução dos serviços. Verificada qualquer irregularidade, o TCM poderá suspender a execução dos serviços ou recusar a aceitação dos mesmos, cabendo à referida empresa, arcar com as despesas até então realizadas ou com o ressarcimento dos valores pagos;

c) A licitante vencedora deverá fornecer os cartões (1ª e 2ª vias) e deixar em pleno funcionamento o acesso às informações, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pelo Setor de Transportes;

d) A empresa deverá possuir a quantidade de estabelecimentos exigida, na data da realização da assinatura do contrato, de acordo com as exigências deste certame;

e) A licitante vencedora deverá manter nos estabelecimentos credenciados, em local bem visível, a identificação de sua adesão ao sistema;

f) A licitante vencedora deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo TCM, quanto à operacionalidade do gerenciamento;

g) A licitante vencedora deverá providenciar treinamento para todos os usuários indicados pelo TCM, que utilizarão os serviços objeto desta contratação, num prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pelo Setor de Transportes;

h) A empresa vencedora deverá disponibilizar atendimento 24 (vinte e quatro) horas para toda e qualquer comunicação entre as partes;

i) Atender a CONTRATANTE sempre que solicitada em inclusão de travas de sistema, de forma a otimizar o controle de abastecimento;

j) Deve ser possível agrupar as operações de gerenciamento de frota para controle de manutenções, de forma hierarquizada, permitindo à CONTRATANTE representar a real estrutura organizacional da gestão de frota do TCM-BA.

k) Deve ser possível parametrizar todos os tipos de restrições do Órgão contratante em todos níveis hierárquicos aderentes, além de pôr Grupo, Centros de Custo, Tipo de veículo ou por veículo específico.

l) Permitir ao CONTRATANTE a gestão financeira hierarquizada em níveis e subníveis, com gerenciamento financeiro para cada órgão e que permita o acompanhamento, a distribuição dos limites e acompanhamento de valores contingenciais de forma centralizada e hierarquizada de toda operação.

## 9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 9.1 Das obrigações da contratada para implantação e operação do sistema de manutenção de frota

- A Empresa contratada obriga-se a implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato, o serviço de manutenção da frota deste Tribunal, com o fornecimento do sistema informatizado, devendo a Contratante habilitar os responsáveis pela autorização para aquisição de produtos e prestação de serviços junto à rede credenciada da CONTRATADA, sendo que esta implantação e a operação compreendem os seguintes itens:

**9.1.1- A relação da rede de credenciados à Contratada, deverá ser apresentada organizada por categorias e cidades (item 8.6), obedecendo ao quantitativo mínimo previsto neste edital, itens 8.6 e 8.7, conforme abaixo exemplificado:**

**Rede Credenciada:**

**Cidade:**

**a) Oficinas;**

Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
 CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



- b) Lojas de peças;
- c) Funilaria e pintura;
- d) Borracharias;
- e) Guinchos e reboques;
- f) Lavajatos.

**9.1.2- A rede de oficinas credenciadas da CONTRATADA deverá obedecer, no mínimo às seguintes exigências:**

- a) Atender às necessidades de manutenção da frota em regime de assistência a multimarcas de veículos, todas as categorias dos veículos pertencentes a frota do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, a uma ou diversas especialidades de manutenção;
- b) Receber e inspecionar os veículos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;
- c) Atender às solicitações de orçamento no prazo máximo de 03 (três dias úteis);
- d) Possuir microcomputador, impressora e conexão à internet;
- e) Disponibilizar boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal;
- f) Possuir equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores, balanceamentos e geometrias de rodas;
- g) Dispor de ferramentas atualizadas para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;
- h) Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;
- i) Dispor de profissionais aptos à prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- j) Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo;
- k) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, inclusive aos decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do contrato;
- l) Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possíveis subcontratadas ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do bem ao CONTRATANTE;
- m) Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramenta adequadas, devolvendo os veículos para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia em perfeitas condições de funcionamento, observando-se as seguintes condições:

- i. Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovadas pelo Setor de Transportes, bem como indicar, para inclusão no orçamento, o que não foi inicialmente detectado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços;
- ii. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que 30 dias, os serviços executados ou as peças substituídas com vícios, defeitos, incorreções, erros falhas, imperfeições ou recusados pelo Setor de Transportes, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa



ser evocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pelo Setor de Transportes, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;

Somente utilizar peças, materiais e acessórios originais e de primeiro uso, devendo obrigatoriamente ser atendidas as recomendações do fabricante do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens recondicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização por escrito do Setor de Transportes;

- iii. Fornecer no orçamento para cada ordem de serviços a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço, prazo de garantia das peças utilizadas e o custo dos serviços e peças a serem empregados para aprovação do Setor de Transportes;
- iv. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Setor de Transportes, cujas reclamações, se obriga prontamente a atender;
- v. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (equipamentos acessórios), causadas por seus empregados, prepostos ou terceirizados;
- vi. Entregar, após a conclusão dos serviços, o veículo limpo internamente e lavado externamente;
- vii. Devolver, após a conclusão dos serviços todas as peças e componentes substituídos;
- viii. Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização do Setor de Transportes;
- ix. Manter estrutura de Guincho ou Reboque própria ou terceirizada, 24 horas, sete dias por semana, inclusive feriados, destinada ao atendimento, quando necessário, de transporte do veículo com avaria;
- x. Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo Gestor ou Comissão especial mente designado(s), pela CONTRATANTE;
- xi. Disponibilizar acesso a veículo que tenha sido envolvido em acidente automobilístico cujo resultado tenha ocasionado danos de média monta, para realização de inspeção, vistoria ou laudo técnico. Entendem-se por média monta os danos sofridos pelo veículo quando forem afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo substituições de equipamentos de segurança especificados pelo fabricante o referido acesso só deverá ocorrer quando previamente comunicado o evento pela Contratante;
- xii. Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato;

**9.1.1** O não cumprimento, por parte das oficinas, autopeças ou concessionárias credenciadas pela contratada, dos itens acima referenciados, obrigará o TCM/BA a solicitar o descredenciamento da oficina, autopeças ou concessionária.

**9.1.2** Caberá à Contratada ampliar a rede credenciada, quando solicitada ou quando detectar necessidade, e após planejamento conjunto com a fiscalização, visando reduzir as eventuais deficiências quanto à capilaridade da rede existente;

**9.1.3** Quando houver solicitação de credenciamento pela Contratante, esta deverá ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento do referido pedido;

**9.1.4** Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, sempre que houver alterações ou sempre que solicitado pela Contratante;

**9.1.5** Atender e solucionar quaisquer problemas no sistema de gerenciamento, no prazo máximo de 06 (seis)





horas.

**9.1.6** As Notas Fiscais emitidas pela rede credenciada devem ter como favorecido a própria contratada, que deve se responsabilizar pelas eventuais retenções e garantias de serviços.

**9.2 A relação de rede credenciada terá sua veracidade aferida pela fiscalização durante toda a execução do contrato, e caso sejam constatadas irregularidades, como redes inexistentes, informações falsas ou em desacordo com o mínimo exigido neste Termo de Referência, a Contratada ficará, nos termos da legislação aplicável e do instrumento convocatório, sujeita às sanções abaixo especificadas:**

**9.2.1** - Der causa na inexecução parcial do contrato, será punida com advertência e/ou multa, de forma escalonada:

- Advertência;
- 1% do valor total do contrato;
- 5% do valor total do contrato;
- 10% do valor total do contrato;
- 20% do valor total do contrato;
- 30% do valor total do contrato;

Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**9.2.2** Der causa à inexecução total do contrato (não cumprimento integral do objeto sem justificativa), será punida com multa de até 30%, conforme elementos de gravidade e responsabilidade, será impedida de contratar por até 3 anos; se houver fraude/dolo ou prejuízo grave, poderá ser aplicada a pena de inidoneidade, de 3 a 6 anos.

**9.2.3** Se a licitante não entregar a documentação constando a rede mínima para a contratação, prevista neste Termo de Referência, quando convocada no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para realizar a prova conceito, descrita no item 8.7, poderá ser punida com multa e impedimento (até 3 anos); e sendo comprovada intenção de frustrar a licitação, poderá ser declarada inidônea.

**9.2.4** Se a licitante apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa, poderá ser punida com declaração de inidoneidade, além de multa e encaminhamento às esferas administrativa, civil e penal competentes.

**9.2.5** Se a licitante se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, será punida com inidoneidade 3 a 6 anos, sem prejuízo de multa, rescisão e responsabilização nas demais esferas.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**10.1** Publicar o resumo do contrato e os aditamentos, se houver, no Diário Oficial Eletrônico do TCM/BA, observado o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e no que couber a Lei Estadual nº 14.634/2023.

**10.2** Designar preposto para fiscalizar a execução do objeto contratual, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade única da Contratada, inclusive perante terceiros;

**10.3** Fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da sua assinatura;

Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



**10.4** Realizar o pagamento pela execução do contrato;

**10.5** Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

**10.6** Manter informados os seus servidores de toda a rede de estabelecimento credenciado;

**10.7** Analisar os relatórios de fornecimento do mês, para melhor acompanhamento da execução do objeto do presente contrato;

**10.8** Competirá ao Contratante, acompanhar a instalação dos equipamentos e disponibilização dos serviços, supervisionando a implantação dos mesmos. A Contratada deverá promover os meios necessários para o livre acesso da equipe de fiscalização indicada pela Contratante.

**10.9** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou por seus prepostos;

**10.10** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Contratante, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da Contratada.

**10.11** As exigências e a atuação da fiscalização pelo Contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

**10.12** Cumprir e fazer cumprir as obrigações ajustadas neste instrumento bem como observar fielmente o conteúdo de suas cláusulas e parágrafos.

**10.13** Ficam reservados à Fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular não previsto por este contrato, e tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os serviços contratados.

**10.14** Emitir TERMO DE CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, após realização dos serviços.

**10.15** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;

**10.16** Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

**10.17** Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.

## **11. SUSTENTABILIDADE**

**11.1** A contratação pretendida não causa impactos ambientais significativos, todavia a empresa contratada deverá buscar minimizar os impactos ambientais.

## **12. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5 % (cinco por cento) do valor anual, conforme regras previstas na legislação.

## **13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **13.1 -DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.

### **13.2 -REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

#### **13.2.1 -Regularidade fiscal, mediante a apresentação de:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.



**13.2.2** As microempresas e empresas de pequeno porte, que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão comprovar esse enquadramento tributário, bem como indicar a existência ou não de restrição de Regularidade Fiscal.

**13.2.3** A comprovação do enquadramento tributário da microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á mediante a apresentação de documentos fiscais nos quais conste registrada essa condição, conforme previsão em edital;

a) **13.2.4** Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da declaração de vencedora do certame para sua regularização;

**13.2.5** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

b)

**13.2.6 Regularidade Trabalhista, mediante a apresentação de:**

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CNDT), aprovada pelo Decreto- Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943;

b) As microempresas e empresas de pequeno porte, que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão comprovar esse enquadramento tributário, bem como indicar a existência ou não de restrição de Regularidade Trabalhista, assinalando nos campos correspondentes na Declaração Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme constante no Edital.

**13.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA** – será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**13.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** – será comprovada mediante a apresentação de:

a) Comprovação de Aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, referente ao(s) lote(s) que participará, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente de acordo com o modelo constante no Edital;

b) Declaração de Conhecimento dos Requisitos Técnicos para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, preferencialmente de acordo com o Edital;

## **14. DAS SANÇÕES**

**14.1** Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sujeitando-se os infratores às sanções legais, especialmente as definidas no art. 156 do mesmo diploma legal, bem como aquelas disciplinadas nos §§ 1º e 3º do art. 48, o caput e o § 1º do art. 49, o caput do art. 50, o § 4º do art. 51, o § 3º do art. 55, o § 2º do art. 57 e o caput do art. 59, todos da Lei estadual nº 14.634/2023 e regulamentadas pelo Decreto Estadual nº 23.113/2024, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo, na forma que se segue:

Avenida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



a)-Advertência: A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I e VII do caput do art. 155 desta Lei 14133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

a.1)- A advertência será aplicada exclusivamente, quando a infração administrativa se caracterizar pelo retardamento do cumprimento de obrigação acessória, e não haja previsão de cominação de multa moratória no edital ou no contrato (inciso VII, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021);

a.2)- A advertência será cumulada com multa compensatória, quando a infração administrativa se caracterizar pelo retardamento reiterado do cumprimento de obrigação acessória, e não haja previsão de cominação de multa moratória no edital ou no contrato (inciso VII, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b)- Multa: A sanção será aplicada exclusivamente, quando a infração administrativa se caracterizar pelo retardamento de obrigação principal ou acessória, e desde que a multa moratória calculada não supere o valor máximo cominado para a multa compensatória.

b.1)- Ocorrendo atraso no cumprimento da obrigação principal, a multa será calculada nos percentuais de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do serviço em mora.

b.1.1) - Em caso de descumprimento total da obrigação principal, a multa compensatória incidirá sobre o valor global do contrato.

b.1.2) - Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, a multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do serviço já realizado.

b.1.3) - Caberá, ainda, multa compensatória, nos percentuais de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor do serviço, no caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou praticar condutas a elas equiparadas

b.2) Na hipótese prevista na letra "b" deste item 26.1.1, se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na lei.

b.3) Para os casos de mero atraso ou inadimplemento de obrigação acessória, assim considerada aquela cujo descumprimento não comprometa, retarde, impeça ou embarace a execução dos serviços, em conformidade com as especificações exigíveis, será aplicada multa, nos limites máximos de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do serviço em mora, não podendo ser superior ao que for estipulado para o inadimplemento da obrigação principal.

b.4) - Se a multa aplicada for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, observado o disposto no § 1º do art. 123 da Lei nº 12.209/2011.

b.5) - O atraso injustificado do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual ensejará a aplicação de multa moratória, nos percentuais de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da garantia, não podendo superar o valor total da própria garantia contratual

c)- Impedimento de licitar e contratar: previsto no art. 156, §4º da Lei nº 14.133/2021, quando praticadas as condutas definidas nos incisos específicos do art. 155, da mencionada norma licitatória federal, será aplicada ao responsável quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, devendo ser observada a Seção IV, do Decreto Estadual nº 23.113/2024.

c.1) - A prática das infrações administrativas previstas na Seção V, do Decreto Estadual nº 23.113/2024, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

c.2) - A prática das infrações administrativas previstas na Seção V, do Decreto Estadual nº 23.113/2024



justificará a imposição da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar quando a pena definitiva, resultante da dosimetria realizada no caso concreto, superar o prazo de 03 (três) anos de restrição do direito de licitar e contratar.

d)-Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: previsto no art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021, quando praticadas as condutas definidas nos incisos específicos do art. 155, da mencionada norma licitatória federal, será aplicada ao responsável quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, devendo ser observada a Seção V, do Decreto Estadual nº 23.113/2024.

**14.2** -A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Capítulo V do Decreto Estadual nº 23.113/2024.

**14.3**- A apuração de conduta infrativa sujeita exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado a ser conduzido por 01 (um) ou mais agentes processantes, designados pela autoridade competente, conforme os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.4**- A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será realizada em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão processante, composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis.

**14.5** - O órgão de assessoramento jurídico realizará controle prévio de legalidade do processo licitatório.

**14.6**- Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.7**- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**14.8** - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.9** - Os recursos e os pedidos de reconsideração estão disciplinados no Decreto Estadual nº 23.113/2024.

**14.10** -O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

**14.11** -A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**15 - DA SUBCONTRATAÇÃO** – Não será admitida a subcontratação do objeto tendo em vista que a empresa contratada deverá ser a responsável pelo gerenciamento das despesas realizadas.

**16. DA FORMA DE PAGAMENTO DO OBJETO** – O pagamento será realizado (quinzenalmente, pelos serviços prestados) por meio de Nota Fiscal, em nome da Contratada, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo de até 12 (doze) dias úteis contados da data de autuação do





Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia

processo eletrônico, desde que a documentação atenda aos requisitos exigidos abaixo:

- a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa Débito – CND que comprove a regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual (sede da empresa e da Bahia) e municipal, comprovação da regularidade com o INSS;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

**-DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** – As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria para o presente exercício, que deverão ser informadas no curso do processo pela unidade responsável.

**17 -DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO** – Incumbirá ao contratante divulgar o instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n. 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011

**18 -ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA** – Integra o presente Termo de Referência, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:

**Carlos Henrique de Jesus Silva**  
Chefe da Seção de Transporte



**EDITAL 02/2026**  
**REGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**  
**ANEXO I-A**

**RELAÇÃO DE VEÍCULOS – TCM/BA**

Nº	Placa	Marca	Modelo	Nº Chassis	Tipo de Combustível	Ano Fabricação	Ano Modelo
1	QTU 4J12	FORD	I/FORD RANGER XLS CD 4A22C	8AFAR23N1LJ164457	DIESEL	2019	2020
2	PLJ 2347	FORD	I/FORD RANGER XLS CD 4A22C	8AFAR23N7J056034	DIESEL	2017	2018
3	PLV 9C86	FORD	I/FORD RANGER XLS CD 4A22C	8AFAR23N7KJ149430	DIESEL	2019	2019
4	PLV 1F00	FORD	I/FORD RANGER XLS CD 4A22C	8AFAR23N0KJ149429	DIESEL	2019	2019
5	PLV 3J41	FORD	I/FORD RANGER XLS CD 4A22C	8AFAR23NXXJ155240	DIESEL	2019	2019
6	QTU 0B49	FORD	I/FORD RANGER XLS CD 4A22C	8AFAR23N6LJ164468	DIESEL	2019	2020
7	QTV 5H33	HONDA	HONDA/CIVIC LX CVT	93HFC2620LZ110940	FLEX	2019	2020
8	QTV 5A60	HONDA	HONDA/CIVIC LX CVT	93HFC2620LZ110932	FLEX	2019	2020
9	QTV 3H58	HONDA	HONDA/CIVIC LX CVT	93HFC2620LZ110952	FLEX	2019	2020
10	QTV 6D41	HONDA	HONDA/CIVIC LX CVT	93HFC2620LZ107685	FLEX	2019	2020
11	QTV 6D80	HONDA	HONDA/CIVIC LX CVT	93HFC2620LZ110946	FLEX	2019	2020
12	QTV 1G77	HONDA	HONDA/CIVIC LX CVT	93HFC2620LZ110949	FLEX	2019	2020
13	QTV 0C04	HONDA	HONDA/CIVIC LX CVT	93HFC2620LZ110951	FLEX	2019	2020
14	QTV 9E96	HONDA	HONDA/CIVIC LX CVT	93HFC2620LZ110948	FLEX	2019	2020
15	QTX 6G37	CITROEN	AIRCROSS	935SUNFN1LB537590	FLEX	2019	2020
16	RDP 1B53	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEB76H0NB156421	FLEX	2021	2022
17	SJJ 7J51	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEB76H0RB132772	FLEX	2023	2024
18	SJJ 3C05	CHEVROLET	TRACKER T A LT	8AGB76H0RR103429	FLEX	2023	2024
19	SJJ 6B68	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEB76H0RB132689	FLEX	2023	2024
20	SJJ 8I54	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEB76H0RB132692	FLEX	2023	2024
21	SGC 0F43	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEB76H0RB187730	FLEX	2023	2024
22	SGC 0F42	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEB76H0RB187744	FLEX	2023	2024
23	SGC 0F41	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEB76H0RB187754	FLEX	2023	2024
24	SGC 0F39	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEB76H0RB187769	FLEX	2023	2024
25	SKD 7A85	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEX76H0SB145221	FLEX	2024	2025
26	SKD 5J46	CHEVROLET	TRACKER T A LT	9BGEX76H0SB141631	FLEX	2024	2025
27	TGZ 4D79	FORD	I/FORD RANGER XLS 2.0 CD DIESEL	8AFBR01N9TJ450097	DIESEL	2025	2026
28	TNX3G31	TOYOTA	TOYOTA/CCROSS XRE	9BRK3AAGXT0218283	FLEX	2025	2026
29	TNX3G34	TOYOTA	TOYOTA/CCROSS XRE	9BRK3AAGXT0223583	FLEX	2025	2026
30	SOZ5F46	TOYOTA	TOYOTA/CCROSS XRE	9BRK3AAGXT0220705	FLEX	2025	2026
31	SOZ5D86	TOYOTA	TOYOTA/CCROSS XRE	9BRK3AAGXT0219563	FLEX	2025	2026
32	TNX3G32	TOYOTA	TOYOTA/CCROSS XRE	9BRK3AAGXT0221072	FLEX	2025	2026



**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (LICITANTE), para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:**

- a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;
- f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

**Declaro**, ainda, para os efeitos art. 299 do Código Penal Brasileiro, não estar sujeito às hipóteses de impedimento de participação elencadas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

**Art. 18** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: **I** - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; **II** - a empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado;

**III** - servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; **IV** - demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 desta Lei, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

§ 1º - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação ou na execução da obra ou serviço, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

Avenida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC - Sussuarana - Salvador - BA.  
CEP:-41.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



§ 2º- O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo.

§ 3º- Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos membros da comissão de licitação.

**Art. 125** - É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contra-tos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais.

**Parágrafo único** - Não se inclui na vedação deste artigo a prestação de serviços em caráter eventual, de consultoria técnica, treinamento e aperfeiçoamento, bem como a participação em comissões examinadoras de concursos, no âmbito da Administração Pública.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO III**

**CREDENCIAL**

**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PRÁTICA**

**DE**

**ATOS CONCERNENTES AO CERTAME**

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor (a) .....,  
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) do Registro de Identidade nº ....., expedido pela.....,  
devidamente inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à  
rua ....., nº..... como meu mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para  
praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar  
preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos  
os demais atos pertinentes ao certame etc.).

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA





Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/2006)  
EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição ( ) de microempresa [ou] ( ) de empresa de pequeno porte e que não estamos incurso nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/2006.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA  
(LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)**

**[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUE TENHA RESTRIÇÃO NA  
REGULARIDADE FISCAL E/OU TRABALHISTA]**

Em cumprimento ao disposto no instrumento convocatório acima identificado, declaro, para os efeitos da Lei Complementar nº 123/06.

Haver restrição na comprovação da nossa regularidade ( ) fiscal ( ) trabalhista, a cuja regularização procederemos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da declaração do vencedor.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO VI**

**MODELO DE PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS**

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL ANUAL
1	Serviço de mão de obra para manutenção de veículos	R\$
2	Reposição de Peças	R\$
<b>TOTAL ESTIMADO 12 MESES R\$ – R\$ 300.000,00</b>		
<b>TOTAL ESTIMADO 24 MESES R\$ 600.000,00</b>		

**Observações:**

**a)-** O licitante deve garantir que sua proposta esteja alinhada com as especificações detalhadas no **Anexo I e Anexo I-B do Termo de Referência**;

**b)- A Taxa de Administração em percentual (%)** indicada pelo licitante, deverá contemplar todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da licitante contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento da execução do objeto.

**c)-** O prazo de validade da proposta de preços é de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura, facultando, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

<b>Dados do Representante Legal da Empresa</b>	
<b>Nome:-</b>	
<b>Endereço:-</b>	
<b>RG:-</b>	
<b>CPF:-</b>	
<b>Dados Bancários da Empresa</b>	
<b>Telefone:-</b>	
<b>Banco:-</b>	
<b>Cod. da Agência:-</b>	
<b>Nº Conta Corrente:-</b>	

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO VII**

**MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO DE DESEMPENHO**

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório, que a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, forneceu a esta instituição os materiais abaixo referidos, atendendo integralmente as especificações contratadas quanto ao prazo de entrega, quantidade e qualidade, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam o fornecimento.

Especificação do Objeto	Quantidade	Prazo de Entrega

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO XIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS**

**( ) DECLARAÇÃO FIRMADA PELO PRÓPRIO LICITANTE**

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins da parte final do inciso VI do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/202, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA





**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO IX**

**MODELO DE INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO, DAS INSTALAÇÕES E DO APARELHAMENTO**

(    ) DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE IMEDIATA

Declaro, em observância ao art. 67, III da Lei Federal nº14.133/2021, para fins de prova de qualificação técnica, dispor das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, conforme relação abaixo, a qual poderá ser verificada por ocasião da fase de habilitação.

**Obs: (Listar Máquinas/Equipamentos e Pessoal Técnico Especializado)**

Salvador \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**EDITAL Nº 02/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

A empresa \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins licitatórios que não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvador \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



## EDITAL Nº 02/2026

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

#### ANEXO XI

#### MINUTA DE CONTRATO

Contrato NºXXXXXXXXX de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva de veículos, para atender a frota do Tribunal de Contas dos Municípios, com fornecimento de peças, executado por empresas Credenciadas (Oficinas e/ou Concessionárias) junto à Contratada, envolvendo a implantação e operação de um sistema Informatizado, via Internet, que permita o pagamento, controle e o gerenciamento das despesas, incluindo ou não a necessidade de tecnologia de cartão eletrônico com chip (smart) ou cartão com tarja magnética, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, que entre si celebram o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA e a .....

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, com sede à Av. 4, Nº 495, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, com CNPJ 32634420/0001-16, neste ato representado pelo seu Presidente, o Conselheiro FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE NETTO, doravante denominado CONTRATANTE e a ....., CNPJ nº ....., situada à ....., nesta capital, neste ato representada na forma do seu estatuto, por seu representante legal, Sr. ...., aqui denominada CONTRATADA, com base nas disposições do Pregão Eletrônico nº002/2026, que se regerá por: Lei Federal nº14.133/2021, Lei Estadual nº14.634/2023, Lei Complementar nº 123/2006, com alterações posteriores, Instrução Normativa SEGES nº73, de 30 de setembro de 2022, IN SEGES nº3/2018 no que couber até regulamentação própria e demais legislações aplicáveis e pertinentes resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, para atender a frota do Tribunal de Contas dos Municípios, com fornecimento de peças, executado por empresas Credenciadas (Oficinas e/ou Concessionárias) junto à Contratada, envolvendo a implantação e operação de um sistema Informatizado, via Internet, que permita o pagamento, controle e o gerenciamento das despesas, incluindo ou não a necessidade de tecnologia de cartão eletrônico com chip (smart) ou cartão com tarja magnética, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, autorizado pelo despacho constante das fls. nº28 do **Processo Administrativo nº00724e26**, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de veículos, para atender a frota do Tribunal de Contas dos Municípios, com fornecimento de peças, executado por empresas Credenciadas (Oficinas e/ou Concessionárias) junto à Contratada, envolvendo a implantação e operação de um sistema Informatizado, via Internet, que permita o pagamento, controle e o gerenciamento das despesas, incluindo ou não a necessidade de tecnologia de cartão eletrônico com chip (smart) ou cartão com tarja magnética, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, autorizado pelo despacho constante das fls. nº28 do **Processo Administrativo nº00724e26**, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante independentemente de transcrição.



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia

sistema Informatizado, via Internet, que permita o pagamento, controle e o gerenciamento das despesas, incluindo ou não a necessidade de tecnologia de cartão eletrônico com chip (smart) ou cartão com tarja magnética, pelo período inicial de 24 (vinte e quatro) meses, em **Lote Único**, de acordo com especificações e detalhamento, contidos no Termo de Referência **Anexo I e Anexo I-A**, que é parte integrante deste contrato, legislação vigente, bem como a proposta da Contratada, independente de transcrição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As especificações do serviço estão definidas no **Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº002/2026** e seus Anexos, dele fazendo parte integrante, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do Art. 125 da Lei Federal nº14.133/2021, e do item XXIII deste Edital.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços ou à repactuação previstos no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, as alterações na razão ou na denominação social do contratado, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## **CLÁUSULA SEGUNDA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, desde que atestada a vantajosidade para a Administração Pública, permitida a negociação ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme disposição dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e no que couber a Lei Estadual nº 14.634/2023.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A prorrogação mencionada no **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ficará condicionada à instrução e ateste da Fiscalização do Contrato, ratificando a permanência da vantajosidade da contratação nas condições pactuadas, considerando os seguintes requisitos, permitida a negociação junto ao contratado:

- a- Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b- Seja do interesse da Administração em prorrogar o contrato;
- c- O valor contratado permaneça vantajoso para a Administração;
- d- A Contratada deverá se manifestar expressamente no interesse da prorrogação contratual;
- e- Autorização da autoridade competente dos Tribunais.



**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO / DA DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS**

-Além das obrigações legais e aquelas constantes do Edital e seus anexos do **Pregão Eletrônico nº 002/2026**, que fazem parte do presente contrato, independente de transcrição, a fiscalização será exercida da forma disposta nos parágrafos desta cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma dos **itens 7 e 8**, do **Termo de Referência** e nos seguintes termos:

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Contratada deverá permitir e oferecer, durante a vigência do contrato, condições para a mais ampla e completa fiscalização do Contratante, inclusive mediante auditoria interna e/ ou externa por ela indicada, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do disposto na Lei Federal nº14.133/2021; na Lei Estadual nº 14.634/2023 e normatizações posteriores a respeito da matéria, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O Contratante, através de unidade administrativa ou servidor(es) designado(s), exercerá ampla, irrestrita e permanente acompanhamento e fiscalização de todas as fases de execução dos serviços contratados, na forma do disposto na Lei Federal nº14.133/2021; na Lei Estadual nº14.634/2023 e normatizações posteriores a respeito da matéria.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O fiscal do Contrato deverá acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização dos serviços, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As exigências e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Os serviços devem ser executados rigorosamente dentro das especificações constantes do Termo de Referência, anexo do Edital do **Pregão Eletrônico nº 002/2026** e deste Contrato, bem como da proposta da Contratada, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

**PARÁGRAFO NONO**- A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Contratante, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da Contratada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO**- Fica designado o servidor Sr. Carlos Henrique J. Silva, cadastro Nº \_\_\_\_\_, responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_, firmado com a Empresa.....





#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, os valores abaixo especificados:

O valor global do contrato referente ao **Lote Único**, é de R\$..... (.....), pelo prazo de 24 meses, é de R\$..... (.....), e o valor mensal será de R\$ ....., de acordo com a planilha a seguir.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL ANUAL
1	Serviço de mão de obra para manutenção de veículos	R\$
2	Reposição de Peças	R\$
TOTAL ESTIMADO 12 MESES R\$-		
TOTAL ESTIMADO 24 MESES R\$		

**PARÁGRAFO ÚNICO - A Taxa de Administração em percentual (%)** indicada pelo licitante, deverá contemplar todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da licitante contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento da execução do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não será admitida a subcontratação do objeto tendo em vista que a empresa contratada deverá ser a responsável pelo gerenciamento das despesas realizadas.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, (quinzenalmente, pelos serviços prestados) por meio de Nota Fiscal, em nome da Contratada, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo de até 12 (doze) dias úteis contados da data de autuação do processo eletrônico, em consonância com o disposto nos (art. 92, V e VI), da Lei Federal nº. 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**- O pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência - Anexo I**, anexo a este contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**- Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além das disposições constantes do edital e Anexos do **Pregão Eletrônico nº002/2026**, são obrigações das partes:

##### PARÁGRAFO PRIMEIRO- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Das obrigações da contratada para implantação e operação do sistema de manutenção de frota  
venida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA. CEP:- 1.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia

- A Empresa contratada obriga-se a implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato, o serviço de manutenção da frota deste Tribunal, com o fornecimento do sistema informatizado, devendo a Contratante habilitar os responsáveis pela autorização para aquisição de produtos e prestação de serviços junto à rede credenciada da CONTRATADA, sendo que esta implantação e a operação compreendem os seguintes itens:

- A relação da rede de credenciados à Contratada, deverá ser apresentada organizada por categorias e cidades (item 8.6), obedecendo ao quantitativo mínimo previsto neste edital, itens 8.6 e 8.7, conforme abaixo exemplificado:  
Rede Credenciada:

Cidade:

- Oficinas;
- Lojas de peças;
- Funilaria e pintura;
- Borracharias;
- Guinchos e reboques;
- Lavajatos.

- A rede de oficinas credenciadas da CONTRATADA deverá obedecer, no mínimo às seguintes exigências:

a) Atender às necessidades de manutenção da frota em regime de assistência a multimarcas de veículos, todas as categorias dos veículos pertencentes a frota do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, a uma ou diversas especialidades de manutenção;

b) Receber e inspecionar os veículos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;

c) Atender às solicitações de orçamento no prazo máximo de 03 (três dias úteis);

d) Possuir microcomputador, impressora e conexão à internet;

e) Disponibilizar boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal;

f) Possuir equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores, balanceamentos e geometrias de rodas;

g) Dispor de ferramentas atualizadas para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;

h) Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;

i) Dispor de profissionais aptos à prestação dos serviços objeto deste Contrato;

j) Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo;

k) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, inclusive aos decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do contrato;

l) Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possíveis subcontratadas ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do bem ao CONTRATANTE;

m) Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramenta adequadas, devolvendo os veículos para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia em perfeitas condições de funcionamento, observando-se as seguintes condições:

i. Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovadas pelo Setor de Transportes, bem como indicar, para inclusão no orçamento, o que não foi inicialmente detectado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços;

ii. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco,



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que 30 dias, os serviços executados ou as peças substituídas com vícios, defeitos, incorreções, erros falhas, imperfeições ou recusados pelo Setor de Transportes, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser evocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pelo Setor de Transportes, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;

iii. Somente utilizar peças, materiais e acessórios originais e de primeiro uso, devendo obrigatoriamente ser atendidas as recomendações do fabricante do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização por escrito do Setor de Transportes;

iv. Fornecer no orçamento para cada ordem de serviços a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço, prazo de garantia das peças utilizadas e o custo dos serviços e peças a serem empregados para aprovação do Setor de Transportes;

v. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Setor de Transportes, cujas reclamações, se obriga prontamente a atender;

vi. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (equipamentos acessórios), causadas por seus empregados, prepostos ou terceirizados;

vii. Entregar, após a conclusão dos serviços, o veículo limpo internamente e lavado externamente;

viii. Devolver, após a conclusão dos serviços todas as peças e componentes substituídos;

ix. Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização do Setor de Transportes;

x. Manter estrutura de Guincho ou Reboque própria ou terceirizada, 24 horas, sete dias por semana, inclusive feriados, destinada ao atendimento, quando necessário, de transporte do veículo com avaria;

xi. Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo Gestor ou Comissão especial mente designado(s), pela CONTRATANTE;

xii. Disponibilizar acesso a veículo que tenha sido envolvido em acidente automobilístico cujo resultado tenha ocasionado danos de média monta, para realização de inspeção, vistoria ou laudo técnico. Entendem-se por média monta os danos sofridos pelo veículo quando forem afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo substituições de equipamentos de segurança especificados pelo fabricante o referido acesso só deverá ocorrer quando previamente comunicado o evento pela Contratante;

xiii. Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato;

- O não cumprimento, por parte das oficinas, autopeças ou concessionárias credenciadas pela contratada, dos itens acima referenciados, obrigará o TCM/BA a solicitar o descredenciamento da oficina, autopeças ou concessionária.

- Caberá à Contratada ampliar a rede credenciada, quando solicitada ou quando detectar necessidade, e após planejamento conjunto com a fiscalização, visando reduzir as eventuais deficiências quanto à capilaridade da rede existente;

- Quando houver solicitação de credenciamento pela Contratante, esta deverá ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento do referido pedido;

-Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, sempre que houver alterações ou sempre que solicitado pela Contratante;

- Atender e solucionar quaisquer problemas no sistema de gerenciamento, no prazo máximo de 06 (seis) horas.

- As Notas Fiscais emitidas pela rede credenciada devem ter como favorecido a própria contratada, que deve se responsabilizar pelas eventuais retenções e garantias de serviços;

- A relação de rede credenciada terá sua veracidade aferida pela fiscalização durante toda a execução do contrato, e caso sejam constatadas irregularidades, como redes inexistentes, informações falsas ou em desacordo com o mínimo exigido neste Termo de Referência, a Contratada ficará, nos termos da legislação aplicável e do instrumento convocatório, sujeita às sanções abaixo especificadas:

- Der causa na inexecução parcial do contrato, será punida com advertência e/ou multa, de forma escalonada:

- Advertência;
- 1% do valor total do contrato;

venida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA. CEP:- 1.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



- 5% do valor total do contrato;
- 10% do valor total do contrato;
- 20% do valor total do contrato;
- 30% do valor total do contrato;

Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

- Der causa à inexecução total do contrato (não cumprimento integral do objeto sem justificativa), será punida com multa de até 30%, conforme elementos de gravidade e responsabilidade, será impedida de contratar por até 3 anos; se houver fraude/dolo ou prejuízo grave, poderá ser aplicada a pena de inidoneidade, de 3 a 6 anos.
- Se a licitante não entregar a documentação constando a rede mínima para a contratação, prevista neste Termo de Referência, quando convocada no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para realizar a prova conceito, descrita no item 8.7, poderá ser punida com multa e impedimento (até 3 anos); e sendo comprovada intenção de frustrar a licitação, poderá ser declarada inidônea.
- Se a licitante apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa, poderá ser punida com declaração de inidoneidade, além de multa e encaminhamento às esferas administrativa, civil e penal competentes.
- Se a licitante se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, será punida com inidoneidade 3 a 6 anos, sem prejuízo de multa, rescisão e responsabilização nas demais esferas.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a)- Publicar o resumo do contrato e os aditamentos, se houver, no Diário Oficial Eletrônico do TCM/BA, observado o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e no que couber a Lei Estadual nº 14.634/2023.
- b)- Designar preposto para fiscalizar a execução do objeto contratual, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade única da Contratada, inclusive perante terceiros;
- c)- Fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da sua assinatura;
- d)- Realizar o pagamento pela execução do contrato;
- e)- Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- f)- Manter informados os seus servidores de toda a rede de estabelecimento credenciado;
- g)- Analisar os relatórios de fornecimento do mês, para melhor acompanhamento da execução do objeto do presente contrato;
- h)- Competirá ao Contratante, acompanhar a instalação dos equipamentos e disponibilização dos serviços, supervisionando a implantação dos mesmos. A Contratada deverá promover os meios necessários para o livre acesso da equipe de fiscalização indicada pela Contratante.
- i)- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- j)- A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Contratante, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da Contratada.
- k)- As exigências e a atuação da fiscalização pelo Contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.
- l)- Cumprir e fazer cumprir as obrigações ajustadas neste instrumento bem como observar fielmente o conteúdo de suas cláusulas e parágrafos.
- m)- Ficam reservados à Fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular não previsto por este contrato, e tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os serviços contratados.
- n)- Emitir TERMO DE CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, após realização dos serviços.
- o)- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;
- p)- Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

q)- Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DO CONTRATO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Será exigida a garantia da Contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5%(cinco por cento) do valor anual, conforme regras previstas na legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades elencadas no Art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

a)- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos.

b)- Seguro-garantia.

c)- Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d)- Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A garantia deverá ser mantida durante toda a vigência do contrato, sendo liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (Art. 100 da Lei nº 14.133/2021).

**PARÁGRAFO QUARTO** -. Em caso de opção pelo seguro-garantia (Art. 96, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021), a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, no prazo fixado no Edital, que será de, no mínimo, 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, em conformidade com o Art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021

**PARÁGRAFO QUINTO**- A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art.155)

- As infrações e sanções Administrativas, reger-se-ão pela disciplina dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133 de 2021, e disposições do **Anexo I, Termo de Referência** anexo a este Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

venida Ulisses Guimarães, Nº630, 3º andar, Sala Nº308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA. CEP:- 1.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).





Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia



Processo: 00724e26 - Doc. 49 - Documento Assinado Digitalmente por: ROQUELINA SANTOS SILVA - 08/05/2026 11:08:11  
Acesse em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c401c9f1-1fd0-4802-a690-11845617e4eb

**PARÁGRAFO SEGUNDO** -Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**1) Advertência:** A sanção será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei 14133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**2) Multa:** A sanção será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

**3)-Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com o art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

**4) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” Parágrafo Primeiro desta Cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 3 do **PARÁGRAFO SEGUNDO** deste Contrato, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com o art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021;

**4.1)** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as disposições do art. 156, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na aplicação das sanções serão considerados

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**PARÁGRAFO QUARTO**- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão

venida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA. CEP:- 1.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia

estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**PARÁGRAFO OITAVO** - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**PARÁGRAFO NONO** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**- O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem **ônus para o CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade **ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem**.

a)- A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

b)- Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b) - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

b.1) - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c)- Indenizações e multas.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia

econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO SEXTO-** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a-. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c- Indenizações e multas.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Estimativa do valor da Contratação e os riscos associados encontram-se indicados no item 5, do **Termo de Referência, Anexo I** do Termo de Referência, anexo a este contrato.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A prestação dos serviços será realizada em todo o Território do Estado da Bahia, conforme regiões e municípios abaixo elencados:

**PARÁGRAFO SEGUNDO-** A CONTRATADA deverá possuir no mínimo 03(três) estabelecimentos credenciados num raio de distância máxima de 10 km da Sede do CONTRATANTE

**PARÁGRAFO TERCEIRO** -.Dispor de no mínimo 02(duas) oficinas, inclusive concessionárias, referenciadas na rede de atendimento nas cidades de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié, Caetité, Alagoinhas, Serrinha, Irecê, Itaberaba, Juazeiro, Paulo Afonso, Jacobina, Sta. Maria da Vitória, Eunápolis e Barreiras, além de pelo menos 60% do Estado da Bahia.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso o método de pagamento contratado seja taxado em um dos estabelecimentosede credenciada fornecida pela CONTRATADA, o valor deverá ser ressarcido CONTRATANTE, em se tornando a taxação recorrente, ensejada na aplicação da sanção cabível.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.



**TCM** Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não sendo possível transfigurar o objeto da contratação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na ausência de preços unitários estabelecidos neste contrato, quando o aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta da Contratada e o do orçamento-base do Contratante sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Nas alterações contratuais para supressão, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**PARÁGRAFO NONO** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos seguintes recursos:

Unidade Orçamentária: 01.03.03101 – Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios;

Atividade: 01.126.500.2002 – Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; Natureza

da Despesa: 3.3.90.40– Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Fonte de

Recursos: 100 – Recursos Ordinários não vinculados do Tesouro;

#### **CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica eleito o Foro de Salvador como único competente, para dirimir os litígios que venida Ulisses Guimarães, N°630, 3º andar, Sala N°308- Comissão de Contratação - CDC – Sussuarana – Salvador – BA. CEP:- 1.213-000 - Fones: 3118-1031/ 1032/ 1033 - E-Mail:- [cdc@tcm.ba.gov.br](mailto:cdc@tcm.ba.gov.br).



Tribunal de Contas dos Municípios  
do Estado da Bahia

decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem assim acordes, mandam lavrar o presente Contrato de Prestação de Serviço, em 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos Contratantes e testemunhas abaixo, o qual será transcrito em livro próprio e publicado no Diário Oficial do Eletrônico do TCM/BA, a fim de que produza os devidos efeitos legais.

Salvador, ..... de ..... de 2026

Pres. Cons. FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE NETTO  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Contratante

Sr. ....

EMPRESA .....

Contratada

TESTEMUNHAS:

1 -

2-